

Diário do Legislativo de 23/10/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 48ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.3 - 49ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.4 - 50ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.5 - 51ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.6 - 52ª Reunião Ordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.7 - 28ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.8 - 29ª Reunião Extraordinária da Mesa da Assembleia Legislativa

1.9 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 21/10/2010

Presidência do Deputado Carlin Moura

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Carlin Moura - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Getúlio Neiva - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Inácio Franco - João Leite - Lafayette de Andrada - Maria Tereza Lara - Padre João - Paulo Guedes - Rômulo Veneroso - Sebastião Costa - Wander Borges.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a extraordinária de terça-feira, dia 26, às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 26/10/2010.).

ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 19/4/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário e Hely Tarquínio, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide regulamentar a convocação de servidor para a prestação de serviço em caráter especial. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente distribui ao Deputado Dinis Pinheiro o processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Holdline Tecnologia e Sistemas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de instalação e manutenção de software de espera telefônica personalizada - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: dispensando Eduardo de Matos Fiúza da Função Gratificada de Gerente-Geral, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio; designando Lenilson Vieira de Souza para a Função Gratificada de Gerente-Geral, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício na Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 20 de abril e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 20 de abril de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Hely Tarquínio, 2º-Secretário.

ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 26/4/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário e Hely Tarquínio, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova as prestações de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa, referente ao mês de março de 2010, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Fundhab - referente ao mês de março de 2010, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos Deputados referentes à aplicação, até 31/3/10, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446, de 15 de junho de 2009. A seguir, por meio da Deliberação da Mesa nº 2.479/2010, a Mesa altera a composição do Conselho Pleno e da Câmara de Gestão Integrada do Conselho de Administração de Pessoal e Gestão Integrada - CPG -, de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.416, de 25 de março de 2008. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a CTBC Multimídia Data Net S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de conexão de dados - parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Cemig Distribuidora S.A., tendo como objeto o fornecimento de energia elétrica - parecer favorável à ampliação do valor do contrato em 25% (vinte e cinco por cento), autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência de Manutenção e Obras, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Alencar da Silveira Júnior - parecer favorável, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Zé Maia - parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Contato Produções e Radiodifusão Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção corretiva, preventiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo da TV Assembleia, instalados no interior do Estado de Minas Gerais, com fornecimento de peças e componentes - parecer favorável à prorrogação, com retificação da rubrica orçamentária por força das Leis nºs 18.693 e 18.694, ambas de 4/1/10, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 3 de maio e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 3 de maio de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Hely Tarquínio, 2º-Secretário.

ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 3/5/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário e Hely Tarquínio, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa delibera: 1ª) Deliberação nº 2.480/2010 - Altera a Deliberação da Mesa nº 2.396, de 28 de maio de 2007, que contém o Regimento Interno da Comissão Permanente de Licitação e dispõe sobre a realização de licitações, incluindo a modalidade pregão e o Sistema de Registro de Preços, no âmbito da Assembleia Legislativa; 2ª) Deliberação nº 2.481/2010 - Acrescenta matriz de indicadores de desempenho no Anexo I e item com métodos de medição no Anexo VII da Deliberação da Mesa nº 2.360, de 5 de outubro de 2005, e dá outras providências; 3ª) Deliberação nº 2.482/2010 - Dispõe sobre parcerias da Diretoria de Rádio e Televisão com órgãos e entidades públicos e

privados. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro as seguintes matérias: processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Algar Aviation Táxi Aéreo S.A., tendo como objeto a manutenção preventiva e corretiva da aeronave Xingu – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Câmara Municipal de Pouso Alegre, tendo como objeto a cessão de tempo da programação da TV Assembleia à Câmara – parecer favorável, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Arlen Santiago – parecer favorável, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Alencar da Silveira Júnior – parecer favorável, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Gil Pereira – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Empresa Brasileira de Telecomunicações Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de transmissão de sinais de áudio e vídeo digital da TV Assembleia para o satélite Brasilsat B4 – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 07/2010, Pregão Eletrônico nº 07/2010, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Diagonal Conservação e Limpeza Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação, por m² (metro quadrado), a serem executados nas dependências da Contratante, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários – parecer favorável à prorrogação, com reajuste de preço pelo INPC/IBGE, retificação da Rubrica Orçamentária por força das Leis nºs 18.693 e 18.694, ambas de 4/1/10, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Virtual Cinema e Vídeo Ltda., tendo como objeto a cessão de mão-de-obra para prestação de serviços de operação dos sistemas eletrônicos e de áudio e vídeo da Diretoria de Rádio e Televisão – parecer favorável à ampliação do objeto, e retificação da rubrica orçamentária por força das Leis nºs 18.693 e 18.694, ambas de 4/1/10, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Megatour Transportes e Locação Ltda., tendo como objeto a locação de transporte rodoviário, com serviço de motorista, em van, incluindo seguro total – parecer favorável à alteração de cláusula do contrato original, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Minasmáquinas S.A., tendo como objeto a aquisição de um veículo tipo van, marca Mercedes-Benz, modelo 413 CDI, com garantia de dois anos – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 17/2010, Pregão Eletrônico nº 17/2010, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Minasmáquinas S.A., tendo como objeto a aquisição de um veículo tipo van, marca Mercedes-Benz, modelo 313 CDI, executiva, com garantia de dois anos – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 17/2010, Pregão Eletrônico nº 17/2010, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Minasmáquinas S.A., tendo como objeto a aquisição de um veículo tipo furgão, marca Mercedes-Benz, modelo 313 CDI, teto alto, adaptado para atender como ambulância, com garantia de dois anos – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 17/2010, Pregão Eletrônico nº 17/2010, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Senado Federal, tendo como objeto o estabelecimento e a regulamentação da participação da Casa no Programa Interlegis II, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Empréstimo nº 1864 OC-BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – parecer favorável, considerando manifestações da Escola do Legislativo, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à abertura de processo licitatório, na modalidade pregão eletrônico, tendo em vista a contratação de empresa especializada para fornecimento, instalação, configuração, integração, ativação, manutenção e treinamento, de sistema de radiodifusão de sons e imagens analógicas (televisão), para o canal 35+ UHF, na cidade de Belo Horizonte, e fornecimento de outros equipamentos, acessórios, materiais e serviços necessários ao funcionamento do referido sistema, demais especificações, conforme solicitação da Gerência de Manutenção de Rádio e Televisão. Logo após, a Mesa emite parecer favorável à concessão de Adicional de Desempenho – ADE, à servidora Sarah Penido Viglioni, a partir de 1º de janeiro de 2010, nos termos da Lei nº 17.590, de 20 de junho de 2008, regulamentada pelas Deliberações da Mesa nºs 2.421/2008, 2.432/2008, e 2.476/2010, à vista do parecer expresso pelo Conselho de Diretores, datado de 29 de abril de 2010, que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Administração de Pessoal em 28 de abril de 2010, e homologou a listagem por ela elaborada. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: exonerando, a pedido, a partir de 26/4/10, Gabriela Ribeiro Gomes Pereira do cargo de Analista Legislativo, na especialidade de Consultor Legislativo, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 19/3/10, a servidora Mônica Falabella Donada de Abreu Chagas, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Relações Públicas, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 10 de maio e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 10 de maio de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Hely Tarquínio, 2º-Secretário.

ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 10/5/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário e Hely Tarquínio, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Multipães Indústria e Comércio Ltda., tendo como objeto o fornecimento de lanches para prestadores de serviços terceirizados e servidores da gráfica e xerox – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 11/2010, Pregão Eletrônico nº 11/2010, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Lava & Seque Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de lavanderia destinados à lavagem, passagem e esterilização de roupas e lavagem de móveis pertencentes à Assembleia – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 2/2010, Pregão Eletrônico nº 2/2010, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Algar Aviation Táxi Aéreo S.A., tendo como objeto o monitoramento do motor da aeronave Xingu, pelo programa MORE – parecer favorável à contratação, com inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, "caput", da Lei Federal nº 8.666/93, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Município de Minas Novas, tendo como objeto a cessão de uso da estação repetidora da TV Assembleia, de propriedade do município – parecer favorável, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Linear Equipamentos Eletrônicos S.A., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção corretiva, preventiva e assistência técnica em sistemas de captação e retransmissão de sinais de áudio e vídeo da TV Assembleia, instalados no interior do Estado de Minas Gerais, com fornecimento de peças e componentes – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Rádio e Televisão, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no

"Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 17 de maio e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 17 de maio de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Hely Tarquínio, 2º-Secretário.

ATA DA 52ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 17/5/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário e Hely Tarquínio, 2º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente inicia a distribuição, cabendo ao Deputado Dinis Pinheiro as seguintes matérias: processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e o Restaurante Vecchio Sogno Ltda., tendo como objeto a permissão de uso de espaço físico, instalações e bens móveis – parecer favorável à celebração do contrato, pelo período de 12 meses, ou até que seja ultimado o procedimento licitatório de mesmo objeto, o que ocorrer primeiro, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Algar Aviation Táxi Aéreo Ltda., tendo como objeto o fretamento de aeronaves – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 90/2009, Pregão Eletrônico 88/2009, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Líder Táxi Aéreo S.A. - Air Brasil, tendo como objeto o fretamento de aeronaves – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 90/2009, Pregão Eletrônico nº 88/2009, autorizando a despesa, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Actar Connectivity Telecomunicações Ltda., tendo como objeto o fornecimento e implantação assistida do sistema de rede sem fio (wireless), bem como respectivo treinamento – parecer favorável à ampliação do objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Sistemas de Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do Deputado Irani Barbosa – parecer favorável, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Para finalizar, o Presidente assina os seguintes atos: aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 3/5/10, a servidora Maria Lúcia Mendes Pinto, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria; aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 15/4/10, o servidor Pedro Carlos Garcia Costa, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo – Consultor, no exercício da Função Gratificada de Nível Superior, do Quadro de Pessoal desta Secretaria. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 24 de maio e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 24 de maio de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Hely Tarquínio, 2º-Secretário.

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 20/4/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário e Hely Tarquínio, 2º-Secretário, e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente distribui ao Deputado Dinis Pinheiro o processo contendo termo de convênio a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Auditoria-Geral do Estado – AGE -, tendo por objeto o estabelecimento de cooperação mútua entre os participantes, visando à maior efetividade na fiscalização da verba indenizatória dos parlamentares estaduais – parecer favorável, considerando manifestações da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 23 de abril e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 23 de abril de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Hely Tarquínio, 2º-Secretário - Sargento Rodrigues, 3º-Secretário.

ATA DA 29ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, EM 23/4/2010

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia os Deputados Alberto Pinto Coelho, Presidente; Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente; José Henrique, 2º-Vice-Presidente; Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente; Dinis Pinheiro, 1º-Secretário e Hely Tarquínio, 2º-Secretário, e Sargento Rodrigues, 3º-Secretário. Verificando a existência de número regimental, o Presidente declara abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados. O Presidente distribui ao Deputado Dinis Pinheiro o processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a Akai – Locadora de Caçambas Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de coleta e remoção de entulho por meio de caçambas estacionárias – parecer favorável à contratação, oriunda do Processo Licitatório nº 09/2010, Pregão Eletrônico 09/2010, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado. Isso posto, a Mesa opina favoravelmente à concessão de progressão, a partir de 1º de janeiro de 2008, aos servidores Aziz Luiz Kattah Júnior, Cynthia Vasconcelos Porto França, Joelma Teixeira de Assis, e da retificação das progressões concedidas aos mesmos a partir de 1º de janeiro de 2009, nos termos da Lei nº 15.014/2004, e das Resoluções nºs 5.214/2003, 5.215/2004, 5.314/2008, regulamentadas pela Deliberação da Mesa nº 2.432/2008, alterada pela Deliberação da Mesa nº 2.476/2010, à vista do parecer expresso pelo Conselho de Diretores, datado de 22 de abril de 2010, que aprovou o parecer emitido pela Gerência-Geral de Administração de Pessoal em 20 de abril de 2010, e homologou a listagem por ela elaborada contendo o nome dos citados servidores aptos à evolução na carreira. A seguir, a Mesa opina favoravelmente à concessão do Adicional de Desempenho – ADE, nos termos da Lei nº 17.590/2008, regulamentada pelas Deliberações da Mesa nºs 2.421/2008, e 2.432/2008, à servidora Cynthia Vasconcelos Porto França, a partir de 1º de janeiro de 2009, à vista do parecer expresso pelo Conselho de Diretores, datado de 22 de abril de 2010, que aprovou o parecer

emitido pela Gerência-Geral de Administração de Pessoal em 20 de abril de 2010, e homologou a listagem por ela elaborada, contendo o nome da servidora, apta à obtenção do ADE. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria, a serem publicados no "Diário do Legislativo", nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente convoca nova reunião para o dia 26 de abril e encerra a reunião, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, aos 26 de abril de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente - Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente - José Henrique, 2º-Vice-Presidente - Weliton Prado, 3º-Vice-Presidente - Dinis Pinheiro, 1º-Secretário - Hely Tarquínio, 2º-Secretário - Sargento Rodrigues, 3º-Secretário.

Ata da 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Participação Popular na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 14/10/2010

Às 14h33min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Carlin Moura e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlin Moura, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Salete Pompeu de Miranda, Chefe de Gabinete da Funai (25/9/2010), e do Sr. Michel Temer (2), Presidente da Câmara dos Deputados (9/10/2010). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Eros Biondini, emendado pelo Deputado Carlin Moura, em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para esclarecer a situação da rede de franquias da ECT, precedida de visita à Associação Brasileira de Franquias Postais - AbraPost -; André Quintão (6) em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências a fim de que haja vagas para professores de Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso no próximo concurso público a ser realizado por essa Secretaria; e seja encaminhado aos Secretários de Defesa Social e de Transportes, ao Diretor-Geral do DER-MG e aos Prefeitos Municipais de Sete Lagoas e de Vespasiano pedido de providências com relação à precariedade do acesso às penitenciárias desses Municípios; e Carlin Moura (4) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta com a Comissão de Segurança Pública, em Machado, com a finalidade de discutir a instalação de uma unidade prisional nesse Município; seja realizada reunião de audiência pública com a finalidade de se apresentar o "Caderno Sindifisco-MG" de setembro de 2010, com o tema "A verdade sobre o choque de gestão do governo de Minas"; seja realizada reunião de audiência pública destinada a homenagear o Esporte Clube Recanto Azul pelos 50 anos de sua fundação e seja formulado voto de congratulações com essa associação pelo mesmo motivo. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2010.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - João Leite.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 26/10/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e

créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Bemge e do Credireal, alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/95, e da Resolução nº 2.238, de 31/1/96, do Banco Central do Brasil, regidos pelas normas específicas ditadas pelo Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela aprovação das Emendas nºs 2, 3 e 4.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 8ª Reunião Ordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 26/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 16ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 26/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.677 e 6.678/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 17ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14 horas do dia 26/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.884/2010, da Deputada Ana Maria Resende, e 4.899/2010, do Deputado Doutor Rinaldo Valério.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.459/2010, do Deputado Ruy Muniz, e 4.771/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.161/2009, da Deputada Maria Tereza Lara; 3.904/2009, do Deputado Fahim Sawan; 4.303/2010, do Deputado Inácio Franco; 4.666/2010, do Deputado Carlin Moura; 4.867/2010, do Deputado Juninho Araújo; 4.868/2010, do Deputado Fahim Sawan; 4.873/2010, do Deputado Agostinho Patrus Filho; 4.874 e 4.875/2010, do Deputado Durval Ângelo; 4.876/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.877/2010, do Deputado Jayro Lessa; 4.879/2010, do Deputado Delvito Alves; 4.882/2010, do Deputado Wander Borges; 4.885/2010, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 4.887, 4.888 e 4.889/2010, do Deputado Eros Biondini; 4.890 e 4.891/2010, do Deputado Fábio Avelar; 4.896/2010, do Deputado Tenente Lúcio; 4.906/2010, do Deputado Antônio Júlio; 4.909/2010, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 4.910/2010, do Deputado Célio Moreira; 4.912/2010, do Deputado Rômulo Veneroso; 4.913/2010, do Deputado Domingos Sávio; e 4.922/2010, do Deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Administração Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 26/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 6.599, 6.630 a 6.634, 6.640 a 6.643/2010, do Deputado Wander Borges; 6.650/2010, do Deputado Doutor Viana; 6.658 a 6.660 e 6.681/2010, do Deputado Doutor Ronaldo; 6.682 a 6.686/2010, do Deputado Wander Borges, e 6.690/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 28ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 26/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.689/2010, do Deputado Wander Borges.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 13ª Reunião Ordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15h15min do dia 26/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Mensagem nº 534/2010, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.774/2009; 4.761, 4.765 e 4.768/2010, do Deputado Padre João; 4.610/2010, do Deputado Dinis Pinheiro; 4.724/2010, da Deputada Cecília Ferramenta; e Requerimento nº 6.472/2010, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 20ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 27/10/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: Discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 26/10/2010, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 4.687/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, direitos creditórios originários de créditos tributários e não tributários ou integrantes de carteiras de ativos diversos e demais créditos de propriedade do Estado; e 4.699/2010, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a negociar os direitos e créditos de natureza agrícola securitizados, adquiridos pelo Estado no processo de privatização do Banco do Estado de Minas Gerais S. A., do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A., alongados nos termos da Lei Federal nº 9.138, de 29/11/95, e da Resolução nº 2.238, de 31/1/96, do Banco Central do Brasil, e regidos pelas normas específicas ditas pelo Conselho Monetário Nacional e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 22 de outubro de 2010.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

75ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 19/10/2010

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público, telespectadores da TV Assembleia, este é o meu primeiro pronunciamento após o primeiro turno das eleições. Início-o cumprimentando as nobres colegas Deputadas e os nobres colegas Deputados reeleitos, os novos Deputados, que assumirão seus mandatos a partir do próximo ano, enfim, todos os que disputaram as eleições - Deputados e demais candidatos - pela disposição de atuar nessa arena tão delicada que é a política. Continuamos observando que a política, como um todo, precisa passar por muitas mudanças, pois o espírito da lei eleitoral é muito bom, mas segue permitindo muitos abusos nas campanhas eleitorais. Esperamos que a participação organizada da sociedade se amplie e estenda para além do momento eleitoral, acompanhando o trabalho desta Casa e do Executivo em nível estadual e federal. Gostaria de agradecer os múltiplos e diversos apoios que obtivemos durante a campanha. Não vou citar liderança específica, mas registrarei a nossa gratidão à militância do PT, às lideranças e às organizações vinculadas ao PMDB, que tanto nos apoiou em vários Municípios de nossa região, a todos os que votaram, foram mais de 40 mil votos que aumentaram a nossa votação. Agradeço a cada um dos antigos eleitores que em mim mantiveram a confiança e aos novos que registraram confiança em nosso trabalho. Agradecemos especialmente às populações de Paracatu, Brasilândia de Minas, João Pinheiro, Bonfinópolis de Minas e Guarda-Mor, que me fizeram majoritário; igualmente, a toda a população do Noroeste de Minas Gerais, onde continuo sendo o Deputado majoritário, com um diferencial: agora sou o único Deputado eleito na região. Asseguro a todos os nossos conterrâneos e a toda a população do Noroeste de Minas que continuarei sendo um Deputado presente, atuante, que abraça as causas regionais e que trabalha acima de tudo pelo desenvolvimento sustentável da nossa região. Sabemos que os desafios são imensos, mas continuaremos com a mesma garra de sempre.

Gostaria, Sr. Presidente, de comunicar que amanhã, dia 20 de outubro, é o aniversário da querida Paracatu, minha cidade natal e principal base eleitoral. Queremos saudar, parabenizar e cumprimentar o Prefeito Municipal e, na pessoa dele, toda a administração e a população de Paracatu. Agradeço também o apoio do Prefeito de Paracatu nessas eleições, importante e decisivo para a belíssima votação que conquistamos nessa cidade. Gostaria de fazer um registro específico à população de Paracatu, além de comungar, celebrar e comemorar com a população paracatuense as muitas conquistas e vitórias alcançadas pela administração municipal nos últimos anos. Entre elas, saltam aos olhos os avanços na área da saúde, como a implantação da UTI e da hemodiálise na cidade, além dos processos observados na área da educação, como a conquista do Instituto Federal de Educação - Ifet - para o Município. Além de todas essas vitórias celebradas, houve aumento do dinamismo na economia local, melhora da qualidade de vida da população e o registro de que Paracatu resgata definitivamente a sua vocação natural, histórica, como berço cultural e educacional de todo o Noroeste de Minas. Gostaríamos de registrar um ponto que tornei público em vários momentos - antes, durante e depois da campanha eleitoral - pela primeira vez, depois da campanha eleitoral, aqui desta tribuna. Antes da campanha, em vários momentos abordei tal tema aqui, mas quero registrar de forma incisiva, para a população de Paracatu, que entendemos que o futuro de Paracatu passa necessariamente por resolver uma determinada equação: a relação da nossa cidade com as mineradoras. Sabemos que minério dá uma safra só e que as mineradoras de ouro e de zinco que existem em Paracatu são importantes, pois geram empregos. Há toda uma cadeia produtiva relacionada com a atuação, a presença e as atividades das mineradoras, mas sabemos também que a sustentabilidade do crescimento econômico, da pujança econômica que Paracatu vive neste momento não sobrevive sem a resolução dessa equação. Sabemos que as duas mineradoras, tanto a Companhia Mineira de Metais - Votorantim, quanto a Rio Paracatu Mineração, do grupo canadense Kinross, fazem, do nosso ponto de vista, muito pouco pela cidade. E nós esperamos que essa relação mude, para que avancemos no assunto de que as duas mineradoras gostam de falar, a responsabilidade socioambiental com a comunidade, e que se traduza essa responsabilidade, que está no discurso institucional das mineradoras, em conquistas concretas para melhorar a vida da comunidade, e, principalmente, em apoio à diversificação da produção em Paracatu para sobrevivermos com o dinamismo econômico após findar as reservas minerais na cidade. Por fim, Sr. Presidente, apresentaremos aqui, de público, as reivindicações dos servidores públicos municipais da cidade de Unai. Na semana passada, participamos de uma assembleia dos servidores, que estão em greve há mais de 10 dias, e trata-se da primeira greve na cidade de Unai. Portanto, apresentaremos aqui, de público, as reivindicações que formalmente nos foram apresentadas pelo Sindicato dos Servidores Municipais Ativos e Inativos de Unai: "Não sejam descontados os dias parados decorrentes da greve dos servidores; seja pago concretamente o reajuste de 5,22% em janeiro de 2011, retroativo a junho de 2010; seja dada posse imediata à comissão de avaliação de desempenho, garantindo assim a progressão a todos os servidores que tiverem direito em janeiro, juntamente com a reposição salarial; seja contratada outra empresa para elaboração de laudos periciais a respeito das insalubridades dos servidores; seja marcada data para pagamento do restante do 13º salário em atraso e regularização do pagamento de um terço de férias; compromisso, por escrito, prevendo data de enquadramento e progressão dos professores de acordo com a lei específica; repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb -; pagamento das férias-prêmio vencidas; pagamento dos servidores contratados nas campanhas de vacinação de 2010; pagamento dos serviços extraordinários das técnicas em enfermagem do hospital municipal, equiparação de carga horária e isonomia salarial das técnicas do último concurso; alimentação dos varredores de rua, garis em geral, e fornecimento de equipamentos de segurança - EPIs -; revisão dos cargos extintos e equiparação salarial; pagamento com data prevista do biênio dos servidores do SAAE do Município; revisão imediata das diárias para viagem". E, para finalizar, ressaltam mais uma vez: "não sejam descontados os dias parados decorrentes da greve, inclusive os dos servidores do SAAE".

A manifestação final é que, assim que forem acatadas tais reivindicações, os servidores retornarão ao trabalho normalmente. Assina Adair Mendes de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais Ativos e Inativos de Unai.

Registramos aqui nosso pedido para que o Prefeito de Unai, Sr. Antero Mânica, reabra, o mais rápido possível, o diálogo e as negociações com a categoria. Como disse aqui, essa é a primeira greve no Município de Unai. A cidade a está acompanhando de perto. Pelas reivindicações apresentadas, sabemos que há muitas irregularidades, além de toda uma pauta que vem sendo repesada ao longo do tempo. Esperamos que o diálogo se estabeleça, que a negociação aconteça, que a situação seja resolvida o mais rápido possível e que os servidores possam voltar às suas atividades normais.

Gostaria, ainda, Sr. Presidente, de fazer aqui um registro a respeito da greve dos bancários - categoria a que pertença -, a qual já terminou. Sou funcionário do Banco do Brasil. Acompanhamos de perto a greve nacional dos bancários. Ainda tenho vínculos fortes com vários sindicatos de bancários de Minas Gerais, de Brasília e de todo o Brasil. Sou filiado ao Sindicato dos Bancários de Patos de Minas e Região e, portanto, sinto-me, também, vitorioso com as conquistas da categoria. Neste momento, a economia nacional está muito bem, e isso se evidencia nos reajustes salariais acima da inflação, como o que acabam de conquistar os bancários e como os que já conquistaram outras categorias. Na pauta de reivindicações de muitas categorias consta a recomposição salarial, o reajuste salarial acima da inflação. Só uma economia forte como a nossa, que está empregando muito, permite essa realidade. Esperamos que o povo brasileiro reconheça tudo isso, além de muitas outras conquistas positivas que melhoraram e continuam melhorando significativamente a vida da população brasileira, conforme evidenciam os indicadores em todas as áreas, especialmente na educação, no emprego, na saúde, na cultura, no trabalho, na habitação e no saneamento básico, com consequente queda nos índices de mortalidade infantil e aumento da expectativa de vida da população. Esses indicadores mostram que o Brasil vai bem. Esperamos que a população brasileira faça a opção correta, ou seja, opte pela continuação do trabalho do Presidente Lula. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nos acompanham na Casa do povo mineiro e pela TV Assembleia. Retomamos os trabalhos da Casa Legislativa no ritmo pós-eleição. Ainda temos o segundo turno, e percebo que isso tem prejudicado, em parte, os processos de votação, mas esperamos retomar as votações ainda hoje.

Neste meio tempo, é oportuno ocupar este espaço para refletirmos sobre o momento que vivemos, um momento eleitoral de grave e importante decisão. Não vou fazê-lo, como aconteceu na semana passada, na linha do ataque e da defesa, apenas se agir assim for absolutamente imprescindível para o bom debate e a controvérsia tão saudáveis para a democracia. O melhor, em vez do ataque e da defesa, são as proposições. Aliás, vejo, com certa alegria, que o segundo turno já brinda todos os brasileiros com a manifestação dessas proposições. Começou a haver proposições, ainda que o processo de ataque e defesa, de lado a lado, seja evidente. É isso que verdadeiramente interessa ao povo brasileiro, porque é justamente delas que poderão vir políticas públicas para melhorar a qualidade de vida do cidadão.

Fiquei atento ao último debate, observando as propostas do candidato José Serra, quanto a alguns itens que são essenciais à vida do povo brasileiro. Ele falou, por exemplo, da sua disposição de que haja um verdadeiro pacto nacional em torno da educação e da saúde. São questões que devem ser debatidas de forma profunda no processo eleitoral. Chegou a hora de termos uma responsabilidade a mais e nos unirmos para que esses problemas, já crônicos, sejam enfrentados no período após as eleições, numa ação conjugada. Não mais podemos aceitar que qualquer compromisso seja feito no momento da eleição e não implementado posteriormente. Um bom exemplo seria a elaboração de uma política pública de educação plena e de qualidade para todos os brasileiros.

Vi, com alegria, o candidato José Serra falar, de maneira clara, do seu compromisso e da sua preocupação com a educação, desde os primeiros anos do ensino fundamental. Se a alfabetização não ocorrer de modo adequado, a educação poderá ficar prejudicada para o resto da vida. Essa é uma constatação óbvia, mas que vem sendo postergada. Embora tenha havido avanço na universalização do ensino, a sua qualidade ainda deixa muito a desejar. Existem milhões de brasileiros que, em tese, são alfabetizados, mas não conseguem fazer uma leitura adequada de um texto e dar-lhe uma boa interpretação. Essa deficiência na leitura compromete todo o seu desempenho escolar subsequente.

Sobre a questão da formação técnica, José Serra deixou claro o seu compromisso de ampliar a oferta do ensino tecnológico, para que o nosso jovem tenha uma profissão. Além disso, ele também demonstrou a sua preocupação relativa à remuneração dos professores. O jogo de ataque e defesa existe, mas a preocupação com a remuneração é de todos. É importante identificar de que forma os professores poderão ser melhor remunerados. Além de estabelecer um piso, também é importante garantir meios para o seu pagamento. Foi com alegria que vi o então candidato à Presidência, José Serra, deixar claro que ele tem consciência disso, até porque ele já foi Prefeito, Governador e Ministro. Ele sabe que não basta determinar que o Brasil inteiro pague um piso justo para todos os professores. É preciso que haja leis que garantam um salário justo e o dinheiro para pagar esse salário, por meio de uma revisão do pacto federativo. Sabemos que existem centenas de Prefeituras e governos de Estados em que o volume do dinheiro público que é aplicado em folha de pagamento já está no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Embora isso não signifique que o governo pague bem, pelo contrário, ele paga muito mal, por isso o salário dos professores precisa ser corrigido.

O volume de arrecadação dos Municípios e do Estado é pequeno, principalmente se comparado com o do governo federal, que fica com a maior fatia. Se esse dinheiro fica na esfera federal, muitas vezes até correndo o risco de ser objeto de corrupção, ele falta na ponta, onde está o professor, essencialmente nos Municípios e nos Estados.

A maioria absoluta dos funcionários públicos que atuam na educação e a grande maioria das matrículas são municipais e estaduais. É necessário um compromisso entre os entes federados para que haja dinheiro para pagar salários justos, a fim de que tenhamos profissionais qualificados e, conseqüentemente, uma boa educação. Esse é o centro da questão. Não se alcançará esse objetivo com demagogia, com ataques daqui e dali. Para melhorar o salário, é preciso haver recursos disponíveis e fazer essa discussão com franqueza, com clareza, sem questão partidária, sem culpar A ou B.

A questão da saúde é outro ponto essencial que vem à tona em toda eleição. Mas a solução também passa por questões óbvias. Qualquer partido tem clareza de entendimento. Não se pode imaginar, em hipótese alguma, que a saúde pública melhorará se continuarmos com uma tabela do SUS que paga R\$2,00 para um profissional médico atender um paciente. O médico não vai querer atender paciente do SUS. Não se pode continuar com uma tabela que remunera o hospital em um valor menor do que ele gasta para manter o paciente internado, recebendo alimentação, medicamentos, assistência de enfermagem e de corpo clínico de plantão. Às vezes se pensa que o hospital é público, mas 99% dos hospitais da rede SUS são privados conveniados com o SUS ou, na sua grande maioria, hospitais filantrópicos: santas casas, entidades filantrópicas, que não têm fins lucrativos, mas que também não podem pagar para trabalhar. É essa a realidade que estamos vendo, e o problema se agrava também no atendimento ambulatorial, no atendimento básico, nos prontos-socorros, onde o Município atende e é o responsável direto pelo serviço. No entanto o dinheiro não vem para ele em quantia suficiente para contratar o número adequado de médicos, para estruturar equipes suficientes de saúde da família. Então qual é o problema da saúde pública? Ele é partidário? Não, é um problema de financiamento.

Em 2000, votou-se a Emenda nº 29, que tinha a previsão de ser regulamentada por uma lei que garantisse sua colocação em prática. Iria garantir que o governo federal, o Estado e o Município aplicassem um percentual em saúde. Isso não foi regulamentado. Então não adianta um debate de ataque e defesa, se efetivamente não aumentarmos os investimentos em saúde.

Ouvi com clareza esse tipo de compromisso. Serra está tentando, insistentemente, trazer novamente os temas educação e saúde. Ele cuidou da produção dos genéricos e de levar, por meio de regime de mutirão, cirurgias eletivas a vários pontos do País. Diz agora, com clareza, que é hora não só de regulamentar a Emenda nº 29, mas de garantir maiores investimentos para um atendimento melhor à saúde.

E a segurança? Voltam novamente o ataque e a defesa. Dizem que segurança é obrigação do Estado, que há "cracolândia" em São Paulo, que o problema da droga está tomando conta de todas as cidades do País, mas a droga entra pela fronteira, então é preciso haver um esforço conjugado entre o governo federal, os Estados, os Municípios e a própria sociedade. Nesse aspecto, o que mais me agradou foi a afirmação e a insistência do candidato José Serra em dizer que compreende que é necessária uma parceria entre as entidades que se dedicam à recuperação dos dependentes químicos, que não pode continuar havendo discriminação. Hoje o governo federal e o próprio SUS não credenciam as unidades mantidas por entidades filantrópicas e por vários segmentos religiosos que trabalham como voluntários. Mas há um custo para recuperar dependente químico.

É preciso que haja vontade política para tratar desse ser humano e combater a entrada da droga. Não adianta apenas cuidar dos dependentes e fazer de conta que não se percebe a droga entrando no Brasil livremente - e o país vizinho que exporta a droga para o Brasil é tratado como grande companheiro. O problema não é enfrentado. Essas questões estão começando a ser debatidas e fazem diferença em nossa vida. A droga está piorando a qualidade de vida dos brasileiros, é a principal fonte de violência, de crimes hediondos e terríveis, da morte de milhares de jovens. Esse problema tem de ser enfrentado.

O curioso é que frequentemente se tentava discutir esse assunto e se voltava a um velho debate, como se esse fosse o grande problema nacional. Mais uma vez, tentavam transmitir ao eleitor algumas ideias equivocadas, e falsas, quanto à privatização. Aliás, vemos um jogo de inverdades. Estão batendo, batendo, repetindo mentiras, até que as pessoas se iludam. Insistem o tempo todo afirmando que o José Serra privatizará a Petrobras ou o Pré-Sal, que ele sairá por aí privatizando as empresas públicas. Foi ótimo que ele tenha deixado claro, e de forma contundente, que isso não ocorrerá. Ele foi um dos que lutaram pelo fortalecimento da Petrobras e deixou claro que privatização não é pauta no

Brasil. Ao contrário, a pauta deve ser o uso indevido de interesses partidários, ao se colocar o Brasil a serviço de um partido, e não o inverso. Esse tipo de posição é que precisa ser discutido. Empresas públicas como os Correios, a Petrobras e o Banco do Brasil continuarão sendo públicas e devem ser administradas como patrimônio do povo, e não como patrimônio de um grupo político ou de um partido. Esse se tornou um debate rico.

É preciso seguir nessa linha, porque assim o cidadão terá a oportunidade de analisar quais são as verdadeiras propostas para melhorar a educação, começando pela alfabetização. No primeiro momento, até fiquei em dúvida: dois professores no ensino fundamental? Mas pude perceber que isso já ocorre em alguns lugares e é eficiente para se obter um tratamento personalizado. Afinal de contas, esse é o momento decisivo na vida de cada ser humano, é quando se aprende a ler e a escrever, a tomar gosto pelo estudo. Nesse caso, o acompanhamento do professor e a dedicação, bem próxima, ao aluno são fundamentais. É essa a qualidade que precisamos ter, com uma remuneração mais justa. Não devemos apenas falar sobre isso, mas tocar na ferida. Para que haja remuneração mais justa, temos de rever o pacto federativo e a distribuição dos impostos, temos de garantir volume maior de dinheiro na educação, para podermos efetivamente pagar mais aos professores e melhorar a saúde, investindo mais nessa área. Não se deve apenas ficar no discurso. É preciso combater de fato o tráfico de drogas, ter coragem de enfrentá-lo e tratar de maneira digna e humana os dependentes, para que possam se recuperar.

Deve ficar claro que é um absurdo insistir na mentira da privatização. Ora, o Brasil ganhou com algumas privatizações, como a das telecomunicações, que eram públicas, e não funcionavam. Telefone era coisa de rico. Hoje, todo brasileiro tem condições de acesso à telefonia. A Usiminas passou a gerar mais empregos aqui em Minas Gerais e divisas para o Brasil. Não houve, portanto, prejuízo algum para o povo brasileiro, e sim ganho. É preciso, pois, acabar com esse fantasma e, principalmente, parar de insistir nas mentiras.

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a atenção de todos e reiterando que devemos manter a linha do debate, e não a do ataque. O povo brasileiro quer ouvir propostas objetivas para melhorar a sua qualidade de vida. É para isso que o Parlamento e a verdadeira democracia devem funcionar. Muito obrigado.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, público e imprensa presente, telespectadores da TV Assembleia, venho a tribuna fazer um registro triste e preocupante. O nosso fórum na cidade de Contagem foi vítima novamente de um grave atentado. Nesta noite ele foi invadido por bandidos armados, que tiraram a vida do segurança do prédio. Esse trabalhador foi assassinado durante o turno de trabalho e perdeu ainda jovem a sua vida.

Neste momento, primeiramente queremos prestar nossa solidariedade e transmitir nosso sentimento de pesar aos familiares desse trabalhador, que se encontrava no exercício de sua função, fazendo a segurança do fórum. Fica aqui o registro do nosso sentimento e da nossa solidariedade aos familiares dessa pessoa ainda tão jovem e que perdeu a vida como vítima de um assassinato tão bárbaro.

Sr. Presidente, mais uma vez esse acontecimento traz à tona a grave condição em que se encontra o nosso fórum de Contagem. Não é a primeira vez que ele é alvo da ação de bandidos e de atentados. Há pouco tempo, ele foi incendiado. Vários documentos foram queimados e perdidos, e agora ocorre esse assassinato bárbaro do seu segurança. Isso é oriundo do descaso para com o fórum e a Comarca de Contagem. O Tribunal de Justiça de Minas Gerais não tem dado a devida atenção para a importância da construção do novo fórum para a Comarca de Contagem, que é o 2º maior Município do Estado e tem a maior movimentação e arrecadação nas varas da Fazenda Pública - aliás, maior até que Belo Horizonte. Esse fórum é da década de 40, está defasado e precisa ser modernizado. Na verdade, não comporta mais tanto trabalho. Os Juízes não trabalham em condições favoráveis nem com segurança. Além disso, os advogados precisam se amontoar para conseguirem exercer sua profissão, assim como o jurisdicionado. Às vezes, é preciso que um espere o outro sair para conseguir circular naqueles corredores, pois o fórum está defasado, ultrapassado. Entretanto, há um terreno que está à disposição - aliás, é uma grande área na Avenida João César de Oliveira - e pronto para receber o fórum.

No ano passado, realizamos nesta Casa uma ampla mobilização, uma mobilização suprapartidária envolvendo todos os parlamentares que têm votação no Município de Contagem, a Ordem dos Advogados do Brasil e os Juízes que são Diretores do fórum. Além disso, pleiteamos tudo isso junto ao Tribunal de Justiça, garantindo uma janela no Orçamento do Estado, uma janela orçamentária para garantirmos o início das obras do novo fórum de Contagem.

Mas nada andou. Estamos novamente nos aproximando da votação da Lei Orçamentária. Reeditemos esse movimento junto com a OAB, com os Juízes e com os parlamentares. Precisamos garantir - e o faremos - o orçamento necessário para a construção desse novo fórum. Contagem não pode mais esperar, ainda mais agora com o julgamento do goleiro Bruno, que toma conta da atenção do Brasil. Não se sabe nem se o atentado teve alguma ligação com essa questão. Um fórum daquele tamanho tinha apenas um trabalhador, um segurança no turno noturno. No fórum há documentos importantes desse complexo julgamento que está ocorrendo, sem falar que lá há também uma sala de armas, o que provavelmente pode ter sido o motivo de os bandidos terem querido entrar. Entretanto, apenas um vigilante terceirizado estava fazendo a segurança de um fórum dessa dimensão. Isso muito nos preocupa. Não podemos mais conviver com fatos estarrecedores como esse e achar que são normais.

Faço um apelo aqui a todas as autoridades, ao Governador do Estado, à Secretaria de Defesa Social e ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Queremos e garantiremos aqui, na Lei Orçamentária, o orçamento necessário para a construção do fórum. No ano passado, isso já havia sido garantido, mesmo em forma de janela orçamentária. Tal janela abre a possibilidade, sem dúvida nenhuma, de remanejar o Orçamento para a construção desse fórum. Isso não foi feito porque faltou vontade política. Contagem não pode conviver com esse descaso, não podemos aceitar isso de forma natural. Precisamos de um fórum com melhores condições de trabalho, de segurança. Faremos um grande mutirão para retirar a construção do fórum da gaveta e torná-la uma realidade, que é o grande desejo de todos os advogados de Contagem, dos Defensores Públicos, dos Juízes e especialmente dos jurisdicionados.

Faço nosso registro e também, mais uma vez, expresso nosso sentimento a todos os familiares do segurança assassinado. Esperamos que o poder público dê toda assistência aos familiares neste momento tão difícil.

Sr. Presidente, no restante de meu tempo também quero tratar de outro assunto que me chama a atenção. Ainda hoje recebi brilhante mensagem, pelo twitter, do Prof. Rudá Ricci, grande educador. O Prof. Rudá Ricci, sempre com sabedoria, equilíbrio e visão altamente republicana, levantou um fato que considero de fundamental importância. Preocupado com o rumo que tentaram impor à campanha presidencial, especialmente no segundo turno, com um debate desqualificado, malicioso, trazendo para o centro da discussão questões que se afastam dos princípios republicanos, levanta um aspecto que considero fundamental. Ele sugere que os candidatos à Presidência da República deveriam fazer, em primeiro lugar, um pacto para fortalecer e referendar o princípio do Estado laico, separado dos valores religiosos. A religião, enquanto liberdade de expressão, é respeitada, mas não pode fundir-se ao Estado. Esse é um princípio constitucional incrustado no seio da Constituição de 1988. Os candidatos com má-fé, especialmente o adversário, começaram esse debate religioso tentando dividir a Nação. O pacto deve ser pelo fortalecimento do Estado laico, em que há separação entre o Estado e a Igreja.

Em segundo lugar, deveria ser feito um pacto pelos direitos civis, pelos direitos e pelas garantias fundamentais da pessoa humana, pelo direito à vida, pelo direito ao atendimento no SUS, sem fazer esse discurso de falso moralismo que tentaram fazer no segundo turno das eleições, principalmente com um tema que cala muito no coração e na emoção de muitos brasileiros. O tema do aborto foi posto de forma equivocada e maliciosa para tentar interferir no resultado das eleições.

Precisamos fazer um pacto pelos direitos civis e pelo Estado laico. Este país vive um dos melhores momentos da história republicana e é elogiado no mundo todo, na imprensa internacional, até pelo Prêmio Nobel de Literatura, que nunca foi fã do Brasil, pois Mário Varga Llosa é um indivíduo conservador. Ele elogiou os avanços que o Brasil teve nos últimos oito anos sob a liderança do Presidente Lula.

O Brasil foi motivo de grandes editoriais e de edições especiais nos grandes jornais do mundo, dos Estados Unidos, da Europa e do Oriente, pelos avanços e pelas conquistas, pela melhoria dos indicadores sociais e econômicos, pela inserção no mercado internacional. Mas, infelizmente, pelo equívoco da campanha de nosso adversário, o Brasil voltou a ocupar as páginas dos jornais internacionais pelo que há de pior na política. Os jornais divulgaram o crime eleitoral cometido por aqueles que mandaram fazer 1.800.000 panfletos maliciosos, falsificados e sem autorização da CNBB. Tentaram confundir a cabeça do eleitor partidizando o debate e divulgando panfletos feitos por uma gráfica, cujo dono foi funcionário do Ministério da Saúde na época do Ministro Serra. Tentaram fazer esse panfleto apócrifo, sem CNPJ, distribuído ilegalmente durante a missa de Nossa Senhora Aparecida, em Contagem, em São Francisco de Canindé, etc. Esse crime eleitoral tomou conta da imprensa mundial e denigre a imagem do Brasil.

E ainda tem a hipocrisia do candidato tucano, que tentou impor o tema à nossa candidata Dilma Rousseff, como se ela fosse uma pessoa que pratica o aborto, fazendo um debate menor e rasteiro. Mas deram um tiro no pé. A "Folha de S. Paulo", jornal respeitado no Brasil, anunciou que a Sra. Mônica Serra teria feito um aborto no Canadá. Vejam que coisa deprimente! Usam de um discurso para tentar deturpar a eleição. Um jornal de respeitável consideração no Brasil diz que ela fez um aborto no Canadá.

Por que isso repercutiu na imprensa mundial? Porque ela está estarelecida com o fato de nenhum jornal nem rede de rádio nem televisão deste país ter veiculado essa notícia. Apesar da repercussão que a notícia está tendo no exterior, ela não apareceu em nenhuma grande empresa de televisão e de rádio nem em jornais impressos, entre eles o "Estado de Minas" e outros jornais deste Estado. Parece-me que, quando a coisa é do lado de lá, há certa convivência e desequilíbrio por parte da imprensa brasileira. Nossa imprensa deveria modernizar-se e copiar o que ocorre nos Estados Unidos, onde cada jornal é autorizado e, pública e abertamente, defende um candidato; cada jornal explicita em seus editoriais se é a favor de Bush, de Obama ou de quem quer que seja. No Brasil, é tudo dissimulado, por debaixo dos panos. E a imprensa internacional tem denunciado isso, pois uma notícia divulgada na "Folha de S. Paulo" não teve nenhuma repercussão no restante da imprensa brasileira. A notícia refere-se ao aborto feito pela mulher do candidato à Presidência José Serra, que usou de hipocrisia para trazer esse tema para o centro do debate.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente e, especialmente, todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia nas diversas cidades do Estado, boa tarde.

Há momentos, Deputado Carlin Moura, em que, depois de pararmos para pensar, não podemos ficar calados diante da insistência de alguns. Agora há pouco, o colega Domingos Sávio fez um pronunciamento em que insistiu em fazer comparações que não são verdadeiras. Assim, voltamos à tribuna para fazer o embate, até porque se há uma coisa, Deputado Carlin Moura, de que nós - do PT, do PCdoB e dos outros partidos da base aliada do Presidente Lula - não temos de correr, em momento algum, é da comparação. Com relação aos oito anos do governo Lula e aos oito anos do governo Fernando Henrique e Serra, topamos a comparação em todas as áreas, até porque eles não ganham em nenhuma delas; perdem em todos os quesitos.

O Brasil se divide em antes e depois de Lula; há aí uma divisão de águas. Houve uma grande transformação no País em todos os sentidos, não apenas na área social, embora nessa área ela se reflita ainda mais fortemente, porque conseguimos tirar 29 milhões de pessoas da linha de pobreza. Programas como o Bolsa-Família, o Leite pela Vida, o Pronaf e tantos outros na área social realmente elevaram a autoestima do povo brasileiro. E nos parece que isso fere, dói no coração dessa pequena elite brasileira, que insiste na volta desse projeto atrasado, neoliberal, liderado por Serra e Fernando Henrique e que, durante oito anos, não produziu nada no Brasil: não produziu emprego, não produziu nada na área social, não deu qualquer resultado. É por isso que não podemos fugir do debate em nenhum aspecto e aceitamos, sim, fazer qualquer tipo de comparação.

Podemos começar pela educação, que foi a base do discurso proferido aqui pelo colega do PSDB.

Serra e Fernando Henrique não fizeram absolutamente nada pela educação. Às vezes, sabem utilizar-se da polícia para bater em estudantes, banir greves ou movimentos estudantis. Isso eles sabem fazer. Gostaria que citassem um programa ou uma universidade que criaram em oito anos. O governo do Presidente Lula criou 14 universidades federais, triplicou o número de vagas nas universidades públicas e criou o ProUni, que hoje atende mais de 800 mil jovens de famílias carentes, que jamais sonhavam em frequentar uma faculdade, pois não tinham como pagá-la. Hoje eles estudam em faculdades particulares pagas pelo governo. Sem falar no ProJovem. Deputado Carlin Moura, além disso há um item ainda mais importante: o ensino técnico. Em oito anos, não criaram nenhuma escola técnica no Brasil. Entretanto, o Presidente Lula deixará o governo com 214 escolas técnicas construídas no Brasil. Esse dado é muito importante, pois no Brasil, Deputado Carlin Moura, em 500 anos, havia apenas 140 escolas com o nome da direita.

Parece que não pensavam no Brasil, não admitiam, eram muito pessimistas, jamais sonhavam que uma pessoa simples chegaria ao governo e despertaria este país. O Lula despertou o Brasil, elevou a autoestima do povo brasileiro. Aqueles que nunca tiveram oportunidades passaram a sonhar, tornaram-se consumidores. Esse é o grande milagre da economia brasileira. O Presidente Lula teve a coragem de mexer em algo que nunca pensaram em fazer: distribuir o bolo. Deputado Adelmo, o discurso deles era um só: nunca poderiam dividir o bolo, pois este deveria crescer primeiro para depois ser dividido. Durante 500 anos eles mandaram no País, e o bolo nunca foi dividido, ficava apenas com a pequena elite, que utilizava suas riquezas para especular no mercado financeiro, não produzia, não gerava empregos e oportunidades. O grande milagre do Presidente Lula foi muito simples: dividiu o bolo por meio dos programas sociais, como o Bolsa-Família. Além disso, teve a coragem de aumentar o salário mínimo. Na época em que deixaram o governo, no final de 2002, o salário valia apenas US\$63,00.

Deputado André Quintão, Paulo Ribeiro desfilou-se do PSDB por não compartilhar com o sentimento do partido. Ele, que é filho de Mário Ribeiro, ex-Prefeito de Montes Claros, e sobrinho de Darci Ribeiro, participou ontem, no Rio, do ato em que artistas declararam apoio a Dilma. Ele me telefonou e disse: "Paulo Guedes, tenho documentos da época da fundação do PSDB que dizem que o grande projeto do partido era passar o salário mínimo para US\$100,00". Deputado Carlin Moura, para eles US\$100,00 eram suficientes para o povo brasileiro. Permaneceram no governo por oito anos e o deixaram com um salário mínimo de US\$63,00. Hoje, em 7 anos e 2 meses de governo do Presidente Lula, o salário mínimo vale US\$330,00, ou seja, cinco vezes mais que no governo deles. É por isso que não admitem a realidade.

Hoje, com muita firmeza, venho a esta tribuna para continuar fazendo as comparações. O Brasil e o brasileiro têm que comparar. Não nos deixaremos levar pela enganação de alguns que se utilizam de temas que não têm nada que ver com o processo eleitoral para confundirem a cabeça das pessoas.

São meia dúzia de padres, que, por sinal, são paulistas. Deputado Carlin Moura, trata-se do sentimento de um pequeno grupo de São Paulo. Até na Igreja, há ainda os que não se conformaram. São setores conservadores da Igreja, mas são setores pequenos. A grande maioria dos católicos - padres e bispos - está apoiando o que está dando certo. Não vamos deixar uma pequena minoria utilizar-se de panfletos apócrifos, feitos em uma gráfica ligada ao PSDB. Acredito que esse pessoal deva ser punido pela CNBB. Ainda bem que a CNBB se adiantou e fez um

manifesto público deixando clara a sua posição.

É por isso que não podemos nos calar diante dessas denúncias, do jogo baixo que o PSDB e o Democratas - não sei se digo Democratas, pois todos os dias eles mudam de nome: PFL, PDS. Essa turma, desde a época da ditadura militar, vem mandando no Brasil, sempre levando vantagens. Hoje eles controlam os meios de comunicação, porque esses veículos foram recebidos de presente na época da ditadura militar. Por isso a grande maioria da imprensa é contra o Lula e a Dilma e não consegue enxergar que estamos em outro país, em um Brasil diferente.

Vamos continuar a fazer as comparações: o Brasil de hoje e o que vivia capenga na época do governo deles. A cada dia eles tinham de recorrer ao FMI para fazer empréstimo. A cada crise, qualquer pequena crise que ocorria no mundo, o Brasil quebrava, e eles corriam para solicitar mais dinheiro do FMI. O remédio deles para combater a crise era aumentar os impostos, diminuir os salários, demitir servidores públicos e fazer o arrocho salarial. Essas eram as táticas do PSDB para tirar o Brasil da crise. Graças a Deus, tiramos o PSDB do poder! Caso contrário, com a crise mundial que houve - a maior da história - se tivessem usado a mesma receita, eles teriam afundado de vez o Brasil. Graças a Deus, o Presidente Lula é um homem de visão! Quando o mundo inteiro se atolou nessa grande crise mundial, o que o Lula fez? O Brasil já estava preparado para a crise. Ele possuía reservas e tinha feito o dever de casa. O Presidente Lula ainda deu uma nova lição ao mundo. Quando todos aumentavam impostos, ele mandou diminuir os: diminuiu o IPI dos carros, das motos, das geladeiras, dos televisores, enfim, dos eletrodomésticos. E, quando o mundo inteiro entrou em crise, o Brasil continuou produzindo e vendendo seus produtos. Recuperamos todos os empregos que estiveram em crise. Fecharemos este ano com quase três milhões de empregos com carteira assinada, um recorde da história.

É por isso, caro colega Domingos Sávio, que não vamos fugir das comparações. Quem corre de comparação é o PSDB, que não tem nada a comparar. Trata-se de um governo que quase quebrou o Brasil. Um governo que não produziu nada na área social, na educação e na saúde. Aliás, quando V. Exa. fala em saúde, esquece-se de dizer que o que realmente precisamos é de investimentos. Esse é o grande desafio do próximo governo. Os Senadores do DEM e do PSDB, Arthur Virgílio, Marcos Maciel, Tasso Jereissati, José Carlos Aleluia, só para citar alguns entre tantos outros, sem dó nem piedade, para perseguir o Presidente Lula - eles possuem maioria no Senado - tiraram R\$40.000.000,00 da saúde. Eles achavam que com essa atitude derrubariam o Presidente Lula. Não o derrubaram, mas prejudicaram os que precisam do SUS. Quando um Senador ou um Deputado tiram dinheiro do SUS, com a picuinha de querer prejudicar um governo, está prejudicando o povo. A grande resposta, Deputado Adelmo Carneiro Leão, veio das urnas. Todos esses Senadores, sem exceção, foram derrotados nas urnas. O povo não lhes perdoou. O que eles tentaram fazer com o Presidente Lula atingiu a população, ao retirarem R\$40.000.000.000,00 da área da saúde. Tenho a certeza de que o Brasil vai saber ficar do lado certo, e tenho orgulho de comparar o governo do Lula ao governo da Dilma, pois Dilma foi seu braço direito. O principal instrumento de organização do governo Lula foi a Ministra Dilma Rousseff, que, com firmeza, soube enfrentar todos os momentos. Não foi à toa que o nosso Presidente Lula a escolheu e a indicou para ser a nossa candidata. Dessa forma, nunca fugiremos do debate; vamos enfrentá-lo de cabeça erguida, olho no olho. Nestes poucos dias de 10 dias que faltam para o segundo turno, nossa missão é não aceitar as provocações. Faremos comparações, sim, pois é nesse embate político que discutiremos, de forma séria e sem medo de enfrentar as comparações. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir* - Sr. Presidente, Deputado Carlin Moura, que nesta tarde preside os trabalhos; Sras. e Srs. Deputados; nossos queridos telespectadores; nossa Minas Gerais, boa tarde.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna é a lastimável posição de alguns oradores que me antecederam e que, a todo custo, querem, por conta própria, e não, por conta dos fatos, mudar a história e os acontecimentos do nosso Brasil.

Por que digo por conta própria e contrariando a história? Pois bem, Sr. Presidente: nenhuma estrada é pavimentada sem que antes seja feita a base. Todo e qualquer mineiro que nos acompanhe e todos os companheiros deste Plenário sabem que sem a base não se pode asfaltar uma rodovia. Lembremos que, quando o nosso Senador eleito Aécio Neves assumiu o comando do Estado, eu ocupava o cargo de Prefeito de Campo Belo. Ele assumiu o Estado com verdadeiros e profundos problemas. Onde a receita e a despesa de Minas Gerais estavam? O que foi colocado naquele momento histórico para Minas Gerais? Foram cortados mais de 30% dos cargos comissionados existentes na estrutura do Estado. Foi cortado na própria carne o valor dos subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários, em toda a esfera estadual, meu caro Presidente. Houve um preparo, e quem o comandava, com muita firmeza, era o Prof. Anastasia.

Em janeiro de 2003, foi colocado em prática o choque de gestão, que hoje é o verdadeiro timoneiro do sucesso de Minas Gerais. Quando digo sucesso, não digo que sejam simplesmente palavras, como tem acontecido nesta tribuna, em todos os momentos em que a Oposição a utiliza. O nosso Governador, que até então não tinha disputado nenhuma eleição direta, foi eleito Governador de Minas, com mais de 60% da aprovação do povo mineiro. Por que isso aconteceu, Sr. Presidente? Porque houve um preparo. Alguém criou condições para Minas Gerais durante o governo Itamar Franco, alguém preparou o terreno para que lá na frente se pudessem colher os frutos.

Eu gostaria de perguntar a V. Exa., Sr. Presidente, quem é o autor do Plano Verão. Quem é o autor do Plano Cruzado Novo? E quem é o autor do Plano Real? V. Exa. e os demais parlamentares não saberão responder quem foram os autores desses planos. Foi o PT, o Partido dos Trabalhadores, que já governava o Brasil há mais de oito anos? Não foi. Alguém preparou. Alguém encontrou a cama, como dizíamos na roça, arrumada, já quentinha, com o travesseiro no lugar e até com o cobertor puxado, para chegar, cobrir o próprio corpo e começar a fazer o que está sendo feito. É claro que o Brasil está dando certo, mas será que o PT, escondido, estava comandando o País? Ou será que o povo mineiro não se lembra de que o Partido dos Trabalhadores votou contra a Lei de Responsabilidade Fiscal? O Partido não queria. Ou o povo mineiro não sabe que o PT votou contra o Plano Cruzado, que se posicionou contrariamente? Não sabe como votava o PT na Câmara dos Deputados quando não estava no governo? Quanto pior, melhor. Nós somos contra. Mas, Partido dos Trabalhadores, isso será bom. Somos contra; queremos é ganhar a eleição.

E sempre foi assim, em todo o período em que o governante do País não era o PT. E a história está aí para registrar. Não sou eu, Deputado Duarte Bechir, que estou falando aqui na tribuna minhas palavras, dez palavras sobre minha posição própria, mas é a história, que está registrada - ou verifiquem nos anais da Câmara como votou a Bancada do PT quando da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o que é a Lei de Responsabilidade Fiscal? O que ela vem trazer de novo? O que ela mudou no Brasil? Ela obrigou os dirigentes a gastarem tão somente aquilo que possam arrecadar e que possam cumprir dentro dos seus mandatos. É uma lei do Partido dos Trabalhadores? Não. E o Plano Real, que tem dado certo, que deu vigor à nossa economia, é de autoria do PT? Não, não é. Ai, vêm e começam a fazer comparação: olhem o nosso e olhem o de lá. Este de cá preparou a cama; o de lá construiu a estrada. Este de cá fez o asfalto, e o de lá gozou os benefícios do momento. O de cá é ruim, e o de lá, que chegou na hora do milagre, é o bom.

Vamos a um exemplo do Deputado que me antecedeu. Ele falou sobre a crise mundial: o responsável por ter dado certo no Brasil foi o Presidente. Muito bem, vou dizer aos Prefeitos que me veem agora: Srs. Prefeitos, de onde saiu a cesta que o nosso Presidente tirou para fazer o que fez na economia? Saiu do IPI, que faz parte da cesta que retorna o dinheiro aos Municípios. E o que aconteceu com os Municípios? O que está acontecendo neste exato momento? Os Prefeitos estão, tão somente, recebendo o FPM: paga-se o gasto da saúde, a folha, as obrigações impostas, e não sobra para investimentos. O Presidente ficou como bom, e os Prefeitos que se danem. Por que não tirou o dinheiro das contribuições sociais que fazem parte dos recursos do Presidente, que poderia tomar medida? Mas não: ele fez graça com o que é dos outros, dos Municípios e dos Prefeitos. Ora, vamos ser coerentes com a história, com a realidade. Não podemos crucificar os bons e dizer que tudo que foi feito é ruim, é errado, para poder dar a um homem o título de único que fez tudo. Ora, cá para nós, Minas Gerais hoje tem todos os

Municípios interligados por asfalto. Isso foi planejamento, obra que foi planejada. E se nós tivéssemos de recorrer ao capital externo foi porque temos capacidade de assumir a obrigação, já que o Estado está preparado. Não há o que discutir. Quanto à campanha presidencial, eu concordo com o Deputado Carlin Moura: o nível dela não é o esperado pelo povo brasileiro.

Esperávamos que os candidatos a Presidente usassem o horário eleitoral para discutir problemas do Brasil, mas o que me entristece muito é ver que é completamente diferente a biografia, o passado dos dois candidatos. Um foi Deputado, Governador, com um passado honrado de pai de família, de estudante, de defensor da democracia; o outro nunca disputou uma eleição, nunca administrou um orçamento, por menor que fosse. De uma hora para outra, constrói-se um robô, programado. Aperta-se de cá, aperta-se de lá: "Fale isso agora, fale isso depois, mude agora, mude depois". Programa-se o robô, e ele vai para a televisão e dispara a falar. Em Juiz de Fora, chamou a nossa cidade de Montes Claros.

O Deputado Carlin Moura, em suas palavras, citava "a minha candidata", "a nossa candidata". Não queria chegar a esse ponto de discussão, conforme disse ao Deputado, mas, ao ouvir as palavras de V. Exa., também senti-me no direito de estar nesta Assembleia Legislativa e, neste momento, evocar a preferência por meu candidato.

Então, senhoras e senhores, meu caro Presidente, é muito triste alguém querer tirar para si benefícios de outrem. O Partido dos Trabalhadores não vai esconder que está ao seu lado o Presidente Collor, do Plano Verão, que surruiu as poupanças do povo brasileiro. Não pode dizer que o que foi feito no passado não era bom. Se não fosse preparada a cama para o PT deitar, ela não estaria arrumada hoje. Ela foi preparada, arrumada; o quarto, encerado; a cortina, entreaberta. Tudo foi preparado para que o PT assumisse o controle do País e o fizesse crescer.

Não quero nada para mim, Sr. Presidente, que não seja meu. Quero o que é meu e o que construí. É um crime o que estão fazendo com a história do nosso país, qual seja o de querer para si o que não foi construído por si próprio. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputado Carlin Moura, telespectadores da TV Assembleia, Deputados, Deputadas, considero muito importante o debate que vem sendo realizado nesta reunião ordinária da Assembleia e explico o porquê. Infelizmente, neste segundo turno das eleições presidenciais e também no primeiro turno, a campanha não se pautou exatamente pelo debate político que deve ser feito. E agora, no segundo turno, temos novamente uma campanha que busca desconstruir uma imagem, falsear realidades e levar a conversa entre as pessoas para um terreno que não é a prioridade de uma disputa presidencial. Uma campanha que busca despolitizar a Política, com p maiúsculo, em vista da ausência de argumentos dos que não têm como desconstruir um legado político de realizações do governo Lula, que tem, como candidata, a ex-Ministra Dilma.

Quando viemos a esta Casa fazer um debate aberto acerca das realizações e dos resultados, respeitando a posição de cada um, estamos contribuindo para o exercício da cidadania eleitoral em nosso Estado. É com esse propósito que ocupo a tribuna no dia de hoje. A primeira importante questão diz respeito às conquistas do governo Lula nos últimos oito anos, conquistas essas que não são fruto do acaso, nem de coincidência, muito menos resultado de ações do governo anterior, pelo contrário.

Deputado Carlin Moura, o Deputado que me antecedeu disse que o governo Fernando Henrique arrumou a cama, mas só se foi uma cama apenas com estrado, sem colchão. Porque nem aqueles colchões fininhos, de R\$1,99, havia, e um quarto com muita goteira, sem luz e com prego no estrado. O povo não podia nem deitar. Que governozinho ruim, principalmente para Minas Gerais! O governo Fernando Henrique discriminou Minas Gerais, e isso tem de ser dito para os nossos colegas do PSDB que vêm aqui fazer esse debate político. Quem não se lembra do sufoco e do aperto que o governo Itamar Franco passou. Cada final de mês, havia a ameaça da suspensão do corte de recursos do governo federal para Minas Gerais. O servidor público ficava sem saber se iria ou não receber o seu salário, porque o governo Fernando Henrique foi cruel com Minas Gerais. Por que será? Será que eles irão atribuir essa responsabilidade ao ex-Governador e ex-Presidente Itamar Franco, que teve o apoio incondicional de Aécio Neves nesta eleição? Será que isso ocorreu por alguma negligência do ex-Governador Itamar Franco? Acredito que não. Houve, sim, uma retaliação política do Presidente Fernando Henrique, que não gostava de passar nem no espaço aéreo de Minas Gerais. Quando ele precisava voar de Brasília para algum outro ponto do País, por Minas ele não passava de jeito nenhum. Parece até que ele orientava a FAB para passar fora do espaço aéreo mineiro, já que detestava este Estado. Nem por cima ele queria passar por Minas Gerais. Aliás, ele não fez nada por Minas Gerais, nem mesmo uma universidade.

O governo Fernando Henrique não arrumou cama nenhuma, mas sim um estrado muito ruim, bambo, com prego, em um quarto com goteira e sem luz.

Então o legado do governo Lula está exatamente na transformação feita na forma de enxergar o País e de identificar suas prioridades. Não defendemos o Estado mínimo nem as privatizações. Acreditamos que o Estado tem o papel de promover a redução das desigualdades sociais e regionais. Gostamos do Brasil; não concordamos em que o Brasil deva ficar de joelhos para o mundo globalizado. A melhor forma de promover o crescimento econômico é distribuir renda. O lastro da nossa política econômica não é simplesmente fazer ajuste fiscal, mas ampliar o acesso ao crédito, ampliar o emprego, proporcionar aumento real de salário mínimo, criar o maior programa de transferência de renda. E agora dizem que esse programa é legado! O governo Fernando Henrique tinha o Vale-Gás, R\$7,50, e o Bolsa-Escola, que era apelidado de "bolsa-esmola", R\$15,00, sem caráter universal. O governo Lula tem o maior programa de transferência de renda do mundo. São 12 milhões de famílias. Apenas em Minas Gerais, é mais de 1 milhão de famílias.

Então é esse debate político que devemos fazer. Queremos o governo do PSDB, do Estado mínimo, das privatizações, da pouca presença na área social, do desrespeito aos governos, um governo pouco republicano de Fernando Henrique, que discriminou Minas Gerais? Isso deve ser dito. Não se trata de Minas contra São Paulo. O PSDB não gosta de Minas. Traíram o próprio ex-Governador Aécio Neves. Não deixaram nem que ele participasse de prévia, Deputado Carlin Moura. Não irei dar palpite em processos internos de outros partidos, mas, com o prestígio que o ex-Governador Aécio tinha e que demonstrou nas urnas, ele deveria ter tido o direito de pelo menos concorrer internamente. Mas a elite paulista, a elite do PSDB, do tucanato, se lembra de Minas Gerais agora que a Dilma deu uma lavada de quarenta e tantos por cento dos votos. Agora eles estão todos aqui, pedindo o apoio do ex-Governador. Mas não o deixaram nem disputar a prévia, e agora querem o seu apoio. Mas isso é outra história. Ele é do partido e tem todo o direito de apoiar; entretanto o povo mineiro sabe diferenciar as coisas, sabe que Fernando Henrique discriminou Itamar e que Serra discriminou Aécio. Esconderam Fernando Henrique durante toda a campanha, mas agora ele apareceu do lado de Serra, pois estava difícil escondê-lo. O governo foi de Serra junto com Fernando Henrique, pois os dois governaram juntos. A batida do martelo era dada por Serra.

Imaginem, povo mineiro e povo brasileiro, estamos com o pré-sal aí, uma descoberta da Petrobras, que não foi privatizada. Vejo as pessoas falarem da Dilma. Ela é Presidente do Conselho da Petrobras, foi a primeira mulher a ser Ministra das Minas e Energia, Ministra-Chefe da Casa Civil e Secretária de Fazenda em Porto Alegre. Ela foi também Secretária de Minas e Energia no Rio Grande do Sul, e ainda dizem que ela não tem experiência? O governo Lula tem 80% de aprovação. Quem coordenava técnica e politicamente este governo era a ex-Ministra Dilma. Então ela não tem experiência? Será que o experiente é o Índio da Costa, que ninguém conhecia? Imaginem sermos governados pelo Índio da Costa, Deputado Paulo Guedes, que horror! Esse sim não tem experiência alguma. Este momento é muito grave.

Vamos comparar. Geração de emprego: governo Fernando Henrique e Serra, 780 mil; governo Lula e Dilma, 12 milhões; salário mínimo:

US\$64,00 e US\$290,00, respectivamente; mobilidade social, brasileiros que deixaram a linha da pobreza: 2 milhões e 27 milhões, tendo sido 36 milhões para a classe média; Risco-Brasil, fator importante para a economia do País: 2.700 pontos - medalha de ouro como país de mais alto risco - e 200 pontos; cotação do dólar: R\$3,00 e R\$1,78; reservas cambiais: US\$185.000.000.000,00 negativos e US\$239.000.000.000,00 positivos; taxa de juros: 27% e 10,75%.

Não tem comparação. Mas é preciso comparar, para depois não dar com os burros n'água. É o que o Presidente Lula está falando: queremos o Brasil que está dando certo ou o Brasil que já deu muito errado com o Fernando Henrique e o Serra? É essa a escolha que faremos. Quem gosta de sofrer, está de mal com a vida, quer que o Brasil vá para o buraco, pensa que o País deve ficar muito ruim para sumir daqui e tem a memória muito curta deve escolher o Serra. É o que eu disse, Deputado Wander Borges: o Fernando Henrique pedia até à FAB que saísse do espaço aéreo mineiro, não gostava de passar em Minas Gerais. No governo Itamar, todo final de mês era um sofrimento: será que o dinheiro de Minas será retido, será que os funcionários públicos receberão? A onda das privatizações acabou com todo o aparato da assistência social. O Fernando Henrique criou um programa chamado Comunidade Solidária. Na época, eu era Secretário de Desenvolvimento Social de Belo Horizonte e fui conversar com a Ana Peliano, secretária executiva responsável pelo maior programa social do governo. Belo Horizonte foi a primeira Capital governada pelo PT a apresentar um projeto. Disseram-nos que deveríamos escolher um bairro da cidade, um bolsão de miséria e um monte de ONGs para que fosse feito um projeto-piloto no local. Essa era a política social, não estou brincando. Devemos ter responsabilidade. Vivenciei essa situação. O recurso do programa sequer saiu, na época, para o Taquaril, região escolhida para o projeto.

Considero que temos de politizar esse segundo turno, porque ele está indo para um caminho muito negativo, com ataques pessoais - estamos vendo isso na internet. Além disso, estão falseando dados. Se há um partido que defende a vida, ele é o PT; se há uma candidata que defende a vida, ela é a Dilma. Sou católico e contrário ao aborto, mas favorável ao combate à desnutrição materno-infantil que mata muitas crianças antes de um ano de vida; sou favorável ao programa Minha Casa, Minha Vida porque acho que as pessoas devem viver sob teto digno; sou favorável ao Fundeb que o Lula implementou, tendo em vista que as pessoas têm direito à educação para depois terem salário digno. A vida tem de ser defendida em todos os aspectos. Não se deve falsear realidades para colocar um carimbo e enganar as pessoas. Não as culpo, porque, às vezes, elas são induzidas ao erro.

Deputado Carlin Moura, penso até que estão contratando pessoas para espalharem boatos. Suspeita-se que elas estão recebendo dinheiro para entrarem no ônibus e ficarem na porta da igreja fazendo boatos, tecendo comentários que não são espontâneos. Será que é isso que queremos discutir no segundo turno desta eleição presidencial? Não. Devemos discutir um projeto político para o País. A máscara tem de cair. Fico impressionado. É preciso passar muito óleo de peroba nesse pessoal do PSDB que está disputando a Presidência da República. Eles vêm falar sobre o Protec, o ProUni do ensino técnico profissional. No seu governo, não construíram universidade pública nem fizeram o ProUni, ou seja, não garantiram o pobre na universidade e proibiram ensino profissionalizante. Agora vêm enganar o eleitor dizendo que o Protec será uma espécie de ProUni do ensino. É preciso passar muito óleo de peroba neles. O povo não é bobo. Pelo amor de Deus! Agora defendem a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal - CEF.

Deputado Carlin Moura, quando era Vereador em Belo Horizonte, V. Exa. lembra quantas passeatas foram feitas com o pessoal do sindicato dos bancários contra a privatização do Banco do Brasil e da CEF. Na verdade, eles sempre defenderam as privatizações - aliás, não defendem agora porque foi isso que derrotou o Alkimin na última eleição. Preferem jogar agora a discussão para um outro terreno que não é o da política, como deveria ser. Com esses números e resultados, ganharemos de balaiada nesse terreno. A chance de o adversário ganhar do Brasil que está dando certo é sair do espaço da discussão política de projeto para o País e ir para os boatos, as inverdades, falsidades e questões pessoais menores. Isso é muito grave. Felizmente a militância reagiu e as pessoas de boa vontade estão indignadas com esse tipo de campanha. Ficamos muito felizes de ver nesse grupo um Oscar Niemeyer, um Chico Buarque e um Gilberto Gil, que foi Marina - aliás, o eleitor da Marina é esclarecido e não votará no atraso, ou seja, nessa turma que quer entregar o Brasil para o mundo globalizado.

Acredito sinceramente que, em boa hora, a militância e os segmentos mais esclarecidos... Muitos nem são do PT e até tecem críticas a ele - aliás, o PT também não está isento de erros; pelo contrário, é um partido político de seres humanos. É preciso fazer autocritica em alguns pontos sim, mas, no fundamental, o nosso partido tem seguido os seus princípios juntamente com outros partidos aliados. Estamos nessa disputa para continuar, avançar e inovar um projeto político que está fazendo com que o Brasil cresça com distribuição de renda, justiça social e soberania. Neste momento, é isso que está em jogo. Agora eles vêm discutir questões religiosas. Cada um tem a sua religião. Nesse aspecto específico, a Dilma já disse que é contra o aborto, assim como o Lula. Isso não existe. Estão querendo impor algo a Dilma só para não compararmos quantas universidades nós e eles construímos, quanto é o nosso salário mínimo e quanto foi o deles. É isso que estão querendo, ou seja, escamotear o debate político. Ai, eles vêm falar sobre casos de corrupção e associar o PT a ela. Ora, corrupção é um problema crônico no País e tem a ver com o nosso modelo político. O governo de Lula foi o que mais aparelhou a Polícia Federal para enfrentar a corrupção. Agora, em matéria de corrupção, temos o exemplo do DEM do Distrito Federal, do Arruda. Parece que o Arruda sumiu. Ninguém lembra que ele é amigo dos tucanos e ia ser o vice do Serra. Na verdade, ninguém quer falar nele. Não é dessa forma que o povo votará nem é assim que tem de ser feito o debate político eleitoral.

Precisamos saber o que cada um pensa do Brasil, precisamos saber dos projetos estratégicos. Temos um rumo muito claro: o Brasil precisa continuar na linha do crescimento, com distribuição de renda, redução de desigualdade regional e social, sustentabilidade, respeito ao meio ambiente e às pessoas, soberania e maior presença autônoma no mundo globalizado. Este é nosso rumo: investir em setores estratégicos, universalizar o acesso dos pobres à saúde, à educação de qualidade e até ao ensino superior e ao ensino técnico profissionalizante.

Concluindo, Deputado Carlin Moura, Presidente, temos alguns dias para fazer um esforço a fim de que o Brasil retome esse debate político. É esse debate que fortalece a democracia e informa as pessoas para que elas, legitimamente, democraticamente e soberanamente, façam a melhor escolha. Esperamos que essa escolha seja pelo Brasil que está dando certo e não pelo Brasil que deu errado no tempo de FHC e Serra, que nunca fizeram nada pelo nosso querido Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva* - Muito obrigado, Sr. Presidente. Concordo com o Deputado André Quintão, meu nobre colega, com relação ao fato de o debate estar muito rasteiro. Provoquei aqui, duas semanas atrás, a iniciativa de alguns debates a respeito da sucessão presidencial e fiz questão de assinalar, de forma muito clara, que meu questionamento não tinha caráter partidário. Não estou tomando partido, não estou defendendo esse ou aquele candidato. O que lamento é que não haja, nos programas eleitorais gratuitos e também nos debates, aprofundamento das discussões para que o povo brasileiro decida com tranquilidade. Sabemos muito bem que ocorreu aceleração da corrupção no Brasil. Lembro-me de que eu era Deputado Federal na época do Collor de Mello, com quem briguei. Fui o primeiro Deputado a brigar por causa de um ato de corrupção que hoje considero ser assunto para o Juizado de Pequenas Causas. Podemos lembrar o caso do Arruda, o dos aloprados, o do mensalão, o do dinheiro na cueca, na meia. Realmente o Brasil está vivendo fase muito ruim. José Dirceu foi demitido por causa do mensalão, e agora a Erenice será demitida depois das eleições para não conturbar o processo eleitoral. Ela foi afastada, mas a investigação foi jogada para depois das eleições. Muito bem.

Mas será que é essa a discussão que queremos, sobre qual foi o governo mais corrupto, mais safado, em qual havia mais ladrões? Devemos discutir o fato de que houve uma mudança muito dramática no conceito de cidadania no Brasil. Lembro-me muito bem de que, em minha tenra juventude ou até no princípio da infância, tínhamos aula de Educação Moral e Cívica e depois de OSPB; aprendíamos um pouquinho de cidadania nas escolas. Durante a ditadura ainda havia OSPB, mas depois eliminaram do currículo. A questão da cidadania não tem sido discutida em sua plenitude. Só se entende cidadania hoje como os direitos assegurados na Constituição de 1988 sem os deveres equivalentes. Ocorreu mudança violenta no conceito de Estado e no de nação. Não se discutiu isso, mas ocorreu essa mudança.

Houve uma tendência muito forte de desrespeito às leis e de impunidade. Prevaleceu a lei do Gérson. Até o próprio Presidente da República as desrespeitou, gozou o STE e foi multado.

Está estabelecida no Brasil a hipocrisia da defesa das minorias. Ninguém defende as maiorias, mas o que há de defensor da minoria não está no gíbi. Todos defendem os negros, as crianças, os adolescentes, as mulheres, como se isso fosse a maioria. Não há quem defenda a maioria dos brasileiros.

O que temos de analisar nesse debate que tentamos provocar na Assembleia de Minas? Da semana passada para cá, o governo foi obrigado a aumentar o IOF de 2% para 4% para evitar a enxurrada de dólares que está entrando no Brasil, reduzindo o valor do dólar e hipervalorizando o real, com sérios prejuízos para as exportações brasileiras. Ontem o IOF pulou para 6%. A exploração do pré-sal foi antecipada para os dias 27 e 28 deste mês, como se fosse uma grande vitória do Brasil. Na verdade, essa vitória aconteceu em 1991, quando ampliamos o mar territorial brasileiro de 12 para 200 milhas.

Estão esquecendo que, apesar da corrupção do Collor, da história do Fiat Elba, das cascatas da Casa da Dinda e das mochilas da saúde, houve abertura dos portos e início da internacionalização da economia. Houve um procedimento de trabalhos, e temos resultados positivos nos governos Collor, Itamar, FHC e Lula. Houve avanços em todos os governos, há uma sequência administrativa sendo seguida.

Na semana passada, manifestei-me a respeito da necessidade de nos preocuparmos com o que acontecerá em 2011. Existe uma bomba de efeito retardado preparada para explodir em 2011, estribada em uma elevada taxa Selic, em um câmbio hipervalorizado e no déficit externo, que se acelera. O saldo negativo nas contas externas do Brasil, nos últimos 12 meses, soma US\$31.500.000.000,00. O superávit da balança comercial brasileira caiu 70% do ano passado para cá. Pagamos a dívida com o Clube de Paris e com o FMI. O mesmo governo Lula que gritou a vida inteira "Fora, FMI" acertou as contas e ainda emprestou dinheiro. Como se pudéssemos fazer isso. O País tem uma dívida interna de US\$1.600.000.000.000,00! E não estou vendo os presidentiáveis discutirem esses assuntos profundamente. Em Belo Horizonte, ouvi o Serra falando, timidamente, em respeitar o repasse dos recursos das prefeituras. O Deputado Duarte Bechir fez um pronunciamento a respeito desse assunto, mostrando que houve, por parte do governo federal, apropriação indébita de recursos municipais e estaduais ao reduzir o IPI. Poderia ser reduzido o PIS ou o Cofins, que são tributos somente federais, mas feriram-se diretamente as prefeituras.

Chegamos nessa caminhada de Collor até hoje, com o governo federal açambarcando 70% de tudo que se arrecada no País. O governo do Estado fica com 24% e o Município, com apenas 6%. Quanto a isso, deveríamos nos preocupar, principalmente os municipalistas. Todo mundo faz o bonito discurso de que é no Município que nascemos, vivemos e trabalhamos; de que é o Município que produz - ninguém produz café ou tira minério no Estado ou na Nação, mas no Município. Mas, apesar desse discurso, os Municípios vêm-se enfraquecendo paulatinamente, de tal sorte que hoje estão em situação muito melindrosa. O Serra acenou com a probabilidade de não retirar recurso das prefeituras quando houver necessidade de redução no Imposto de Renda ou no IPI, que compõem a cesta básica do chamado Fundo de Participação dos Municípios. Nesta Assembleia, apesar da grande resistência do Triângulo e do Sul, conseguimos aprovar uma lei, que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2011, dando um aumento médio da arrecadação de ICM da ordem de 10,8% para os Municípios mais pobres do Estado. Tivemos também o aumento de 1% na participação do FPM.

Pois bem, se queremos dar certa tranquilidade ao Brasil, temos de olhar em primeiro lugar o que está acontecendo na macroeconomia e, em segundo lugar, na microeconomia, que é a economia municipal, lá embaixo, onde as pessoas nascem, vivem, trabalham, produzem e morrem - é lá que está o nosso maior problema. E nunca houve tanto desrespeito à Constituição do Brasil como neste governo, ao se reduzir de forma violenta os recursos repassados aos Municípios. Mas hoje discutimos as propostas de dois presidentiáveis que não tocam nos assuntos mais importantes para a nação brasileira. Discutem quem fez mais escolas, mais postos de saúde, mais isso ou aquilo. Tudo isso é absolutamente irrelevante, se compararmos o PIB que tínhamos no início do governo Collor com o que temos hoje, na reta final do governo Lula. A arrecadação é completamente diferenciada, porque tivemos crescimento na economia. O que me preocupa é que no ano que vem, com a bomba de efeito retardado - não haverá aeroportos, portos, estradas, rodovias ou ferrovias -, como poderemos crescer? Como este país vai crescer? O próprio PAC, que, como anunciado, deveria impulsionar a infraestrutura brasileira, não se concretizou. Não foi realizada nem a metade do PAC 1, mas já se anuncia o PAC 2, que até poderá acontecer em 2016, quando o Presidente for outro, não o que será eleito agora. Assim, minha crítica vai aos presidentiáveis, pois não se aprofundaram nas discussões. O que temos de perquirir é quem tem mais equilíbrio para verificar as questões da macroeconomia e mais sensibilidade para constatar que não se pode assassinar um dos entes federados. Se de um lado a Constituição de 1988 foi benéfica ao incluir o Município como ente federado, de outro lado os Municípios se empobreceram de tal sorte que hoje, quando se fala na possibilidade de um aumento do salário mínimo para R\$600,00, os Prefeitos tremem. Tremem, porque não se deu às Prefeituras condição de sobrevivência. Não há, por parte desse ou daquele candidato, a proposta de cobrir a diferença. Ouvi o Serra falando em cobrir a diferença do piso para os professores, mas não o ouvi dizer que vai cobrir, para as Prefeituras, a diferença do aumento do salário mínimo.

Assim, minha crítica é genérica. Não estou aqui defendendo esse ou aquele candidato, mas expondo uma posição, que deve ser analisada: temos de pensar em quem merecerá a confiança do povo brasileiro para, de forma equilibrada, melhorar a vida dos cidadãos nessa nova fase de desenvolvimento que o Brasil terá, nesse novo território que teremos a partir de 2011, com essa nova realidade que se desenhará com essa bomba de efeito retardado, preparada para explodir no ano que vem, impedindo o Brasil de crescer a taxas superiores a 3%. Não há economista que consiga provar que, sem investimentos pesados, fortes e rápidos na infraestrutura, o Brasil poderá crescer a taxas maiores do que 3%.

Por outro lado, devemos ver nossos candidatos à Presidência preocupados também com o recrudescimento da crise internacional, pois ela está se intensificando nos EUA, na Europa e na Ásia. A coisa ainda não acabou. Por enquanto, o Brasil se salvou, mas não se salvará no ano que vem, se não houver um projeto de governo competente. Sabemos perfeitamente que aquilo que se falava há 50 anos, que o Brasil poderia ser o celeiro do mundo, já é realidade, pois o País é o segundo maior produtor de tudo e o primeiro em alguns itens na agricultura e na agropecuária. Essa preocupação não deve caber a nós, brasileiros.

Nossa preocupação deve ser se a governabilidade será garantida por medidas de arrocho ou por equilíbrio administrativo. Haverá substância no debate de hoje até o dia da eleição, para que possamos aprender qual o candidato que, de fato, merece nosso respeito e, sobretudo, nosso voto? Vemos que a dúvida é enorme. O brasileiro está de antena ligada. A votação da Marina não foi da Marina, mas da dúvida. A sua votação aconteceu da seguinte forma: "Não posso fazer besteira, então votarei na Marina para garantir a existência do segundo turno e discutirmos melhor essas questões". No entanto, ligamos a televisão no horário eleitoral gratuito e não vemos discussão profunda. Vemos entrevistas, mas não vemos falarem de coisas necessárias.

Gostaria de declarar, de forma aberta, que ficaria muito feliz se um dos candidatos se comprometesse, primeiro, a salvar as Prefeituras; segundo, a tentar estabelecer critérios para o pagamento da dívida interna de 1,6 trilhões de dólares. Alguém discutiu ou falou nisso? Continuaremos apagando incêndios em duas semanas? Aumentamos o IOF de 2% para 4%, para 6%? Continuaremos a fazer isso para proteger a moeda brasileira contra a deflação do dólar? Permitiremos que nossos exportadores continuem pensados, ou devemos mudar a política de exportação? Ou o Brasil terá como aquecer o mercado interno, de tal sorte que não precisaremos exportar e consumiremos tudo aquilo que produzirmos?

Senhores, minha preocupação é que o País, e sobretudo um Estado minerário, como é Minas Gerais, grande exportador de "commodities" e de minério de ferro, dê reposição. Nos últimos dois anos, houve um crescimento no preço deste minério de 100%, ou seja, o Brasil "lavou a égua".

Aí o jornal "Estado de Minas" coloca uma manchete interessantíssima e muito bonita, que diz: "Minério de ferro 3,0." Hoje, até os minérios de baixo teor podem ser aproveitados, por isso o exploraremos em Grão Mogol e perto de Salinas. Vejam o que acontece: exportamos nossa matéria-prima e estamos em 9º lugar na produção mundial de aço. Em primeiro lugar está a China, em segundo, o Japão, seguido da Índia, da Rússia, dos EUA, da Coreia do Sul, da Alemanha, da Ucrânia e depois está o Brasil. Estamos na mesma política de 50 anos atrás: exportar matéria-prima e importar produto acabado, sem agregar valores e empregos necessários.

Os senhores estão vendo essa preocupação na televisão, na discussão dos nossos presidenciais? Estou acompanhando todos os programas e não estou vendo isso. Alguém ouviu algum presidencial, em algum lugar, declarar, de forma cabal, que não vai continuar a empobrecer os Municípios, onde residem, vivem e trabalham as pessoas, que daria melhor condição de vida à população? Vemos estatísticas, como, por exemplo, a de que 49% do povo brasileiro não têm água ou esgoto. No entanto, ninguém viu ou apreciou o exemplo da Copanor, que está funcionando às mil maravilhas: o melhor projeto de saneamento básico para pequenas localidades e cidades das Américas. Um bom exemplo é Minas Gerais.

Minas cresceu o dobro - só o dobro - do que o Brasil cresceu nesses últimos quatro anos, mas será que cresceu de forma sustentada? Vamos investigar e ver no que vai dar. O meu apelo ao povo mineiro, aos que me ouvem, é que prestem bem atenção. Não podemos votar de forma irresponsável. Vamos avaliar direitinho a Dilma e o Serra. Vamos ver quem realmente pode resolver os problemas brasileiros e quem possui equilíbrio suficiente e até coragem para enfrentar determinadas situações.

Estou preocupado, pois a nossa juventude está sendo consumida pela droga e pelo "crack". Sabemos que há uma fronteira completamente desguarnecida, a fronteira com a Bolívia, grande exportadora. Um candidato diz que vai colocar o Exército; a outra diz que vai colocar aviõzinho para passear para lá e para cá, olhando os traficantes passarem pela fronteira do Brasil. Qual a melhor solução? Acredito que há muita coisa a discutir. Amanhã voltaremos para continuar essa discussão, para tentar aprofundá-la e pedir ao povo mineiro que pense bem, que pesquise melhor. Há, nos dois candidatos, alguma coisa obscura? Então, vamos tentar descobrir. Escândalos há de parte a parte, porque o Brasil teve uma aceleração não apenas na corrupção, mas também na impunidade. Isso ocorre porque os valores morais foram abandonados. Não se ensina política à juventude; ninguém discute mais os grandes valores da cidadania.

Portanto a minha preocupação, senhoras e senhores, é com o futuro do meu país, da minha pátria. Gostaria que nos preocupássemos e nos dedicássemos a apreciar os programas eleitorais, acompanhar os noticiários e investigar a vida dos presidenciais para votarmos melhor e, como brasileiros, cumprirmos a nossa obrigação. Muito obrigado!

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes* - Obrigado, Presidente Carlin Moura. Antes de iniciar meu pronunciamento, quero também registrar e agradecer a presença da nossa Deputada Federal Jô Moraes, do PCdoB, grande mulher, combativa, guerreira e defensora dos nossos mineiros no Congresso Nacional. Para nós é uma grande honra recebê-la aqui, nesta Assembleia. Desejamos-lhe que continue firme e forte na defesa das minorias, daqueles que mais precisam, como faz o governo do nosso Presidente Lula.

Deputado Carlin Moura, requeri novamente a palavra pelo art. 70, porque, ao ouvir o pronunciamento do Deputado Duarte Bechir e, depois, do colega Deputado Getúlio Neiva, não poderia me calar diante das considerações e afirmações feitas por eles.

Quero, Deputado Carlin Moura, iniciar a minha fala. O Deputado Duarte Bechir quis passar a imagem de que o Lula havia recebido a cama pronta, o País às mil maravilhas e de que tudo de bom que acontece no Brasil foi devido à cama arrumada deixada por eles. Isso é, no mínimo, querer brincar com a inteligência do povo brasileiro. Qual cama arrumada que eles deixaram? Ao contrário, deixaram o País à beira do caos.

Equivocadas também foram as colocações do Deputado Getúlio Neiva ao dizer que há uma bomba para estourar no ano que vem. A bomba quem deixou foram o Fernando Henrique e o Serra. O Lula soube desarmar essa bomba que eles prepararam para o Brasil. Vamos aos números. O dólar valia R\$3,90 quando eles deixaram o governo, por isso o Brasil beirava os 4 mil pontos. A dívida externa, segundo eles, era impagável. O Brasil estava pendurado até às botas ao FMI; o desemprego era alarmante; o salário mínimo era de US\$63,00. Que cama arrumada é essa, companheiro Deputado Duarte Bechir? Ou V. Exa. não morava no Brasil? Talvez V. Exa. estivesse em outro país, como o Serra e o Fernando Henrique. Muitas pessoas enfrentaram a ditadura aqui, sofreram na pele, como a Ministra Dilma Rousseff; eles não: preferiram ir ao exterior, ao Chile ou à Europa, para verem a ditadura à distância. Gostaram tanto da ditadura, Deputado Carlin Moura, que atualmente todos os filhotes desse regime os amparam. É só observar a turma do DEM, como o ACM e o Bornhausen, e toda a sua herança. Toda essa turma do DEM já foi do PDS e do PFL. Eles mudam de nome para tentar disfarçar o fato de que foram os maiores defensores da ditadura militar no Brasil. Todos os filhotes da ditadura estão com o Serra e com o Fernando Henrique. Gostaram tanto do exterior que fizeram o que quando alcançaram o poder, Deputado Carlin Moura? Entregaram todas as empresas brasileiras gratuitamente aos estrangeiros. Foi assim com a Vale, com a Usiminas, com as telecomunicações.

Depois, eles vêm falar que, se as pessoas possuem telefone hoje no Brasil, é em razão das privatizações. Trata-se de conversa fiada. Se as pessoas hoje têm telefone é porque o governo do Presidente Lula gerou emprego, oportunidades e dividendos. O salário mínimo foi aumentado, e as pessoas puderam ter telefone fixo e celular. É só observar os oito anos do governo Fernando Henrique e comparar com os oito anos do governo Lula para ver quantas pessoas possuíam telefones durante um e outro governo. Tudo é conversa fiada para quem não tem o que comparar. Falar que o Brasil recebeu a cama preparada, com lençol, travesseiro e cortininha novos... Que cortininha que nada, Deputado Duarte Bechir: o Brasil foi entregue ao Lula aos frangalhos! Em uma situação em que as pessoas passavam fome, milhões de brasileiros não tinham motivo para acender fogo, por não terem o que cozinhar. Nesses sete anos, Deputado, tiramos 30 milhões de pessoas da linha da pobreza. E mais: 36 milhões de brasileiros subiram para a classe média. Esse é o Brasil do Lula, da Dilma, muito diferente do Brasil do Serra e do FHC. Desse Brasil, graças a Deus, nós não sentimos saudades. Não sentimos saudades do dólar a R\$3,90, do risco-Brasil de 4 mil pontos, do desemprego, da falta de esperança, do salário mínimo de US\$60,00; disso não sentimos saudades. Por essa razão temos orgulho do nosso Brasil. O novo Brasil valoriza as pessoas. No Brasil de hoje, a pessoa que ganha um salário mínimo pode financiar uma moto. Hoje se compra uma moto com prestação no valor de R\$59,00. É impressionante - lembrou ali o nosso colega Deputado Alencar da Silveira Jr. sobre os juros. A taxa Selic, de juros, no governo deles chegou a 40%. A média da taxa de juros no governo Serra e FHC foi de 27%; hoje está a 10,25%.

Então temos muito o que fazer. Nunca vamos correr das comparações, mas de comparações verdadeiras. Fiquei triste ao ver o Deputado Getúlio Neiva dizer que nós, do PT, e o governo Lula só defendemos a minoria, que este governo não defende a maioria. É crime defender a minoria, Deputado Getúlio Neiva? É crime defender os mais pobres, os negros, que não tinham acesso à universidade, os índios. Creio que V. Exa. foi muito infeliz na sua fala. Creio que temos de bater no peito e dizer que temos um governo, sim, que defende as mulheres, as minorias, as pessoas que não tinham acesso à educação, à saúde, à comida. Hoje, graças a Deus, vivemos outro momento no Brasil, vivemos um momento diferenciado.

Se não me engano, está havendo uma discussão, Sr. Presidente. Estou observando e escuto daqui que o Deputado Duarte Bechir está querendo solicitar a palavra pelo art. 164. Não cabe o art. 164, mas, como sou um democrata que gosta do debate, se o Deputado quiser um aparte, eu o concedo com o maior prazer. Se tem uma coisa da qual este Deputado nunca correu é do debate e da comparação. Temos de comparar as coisas, não precisamos ter medo disso.

O Deputado Getúlio Neiva disse que no Brasil está havendo um apagão de investimentos. Ele deve estar morando em outro país, não no Brasil. Nunca se investiu tanto neste país. As obras do PAC estão nos quatro cantos do Brasil, é só viajar. Se sairmos daqui e formos a Montes claros, veremos que a BR-135 está toda recuperada. Nessa BR não se viu uma máquina por oito anos, onde ainda era chão, de Itacarambi a Montalvânia, mas ela foi recuperada e agora está sendo asfaltada. Há obras do PAC por todo o País. Há o programa Minha Casa, Minha Vida, com 1 milhão de novas moradias. Há o programa de saneamento básico, em que todas as cidades da calha do Rio São Francisco receberam a rede de esgoto, a estação de tratamento; e aquelas que não as receberam estão com processo de licitação na Codevasf. Isso está ocorrendo no Brasil inteiro. Há o movimento nos aeroportos, e eles dizem que os aeroportos estão muito cheios, superlotados. Por que, na época deles, não havia ninguém nos aeroportos, que ficavam jogados às moscas, Deputado Alencar da Silveira Jr.? O aeroporto de Confins nem funcionava, pois o brasileiro não podia andar de avião, Deputado Carlin Moura. Os hotéis de Belo Horizonte estavam sempre vazios. Lembro-me de que, em qualquer época, não era necessário fazer reserva nos hotéis da Capital, mas hoje, se não for feita a reserva com 15, 20 dias de antecedência, não se encontra vaga. E isso porque a recuperação da economia, do emprego, do salário no Brasil permitiu que as pessoas pudessem andar de avião. Vejam que hoje eles mudaram todo o tráfego para Confins, que ficava às moscas no governo deles e agora está superlotado.

O Aeroporto da Pampulha foi deixado só para voos regionais. E também já está lotado. Os brasileiros, agora, Deputado Duarte Bechir, estão preferindo viajar de avião porque ficou barato depois do Lula Presidente. Na época do Fernando Henrique e Serra só quem viajava de avião eram os ricos e poderosos. Hoje professor, pedreiro, qualquer cidadão assalariado pode viajar. Dependendo da rota, é mais barato viajar de avião do que de ônibus. As passagens de ônibus aqui em Minas Gerais só não baixam porque o Governador fez um decreto em que proíbe as pessoas andar de táxi. Esse é o modelo do PSDB. Avião era só para os ricos. Hoje, graças a Deus, todos podem utilizar esse meio de transporte.

Então, quero discordar dos dois colegas e dizer que o Brasil está preparado para crescer. Houve o PAC 1, e o Lula já lançou o PAC 2. Há muitos recursos para investir agora em portos e aeroportos. Já se investiu muito e vai-se investir cada vez mais. Realmente o Brasil era outro. Fernando Henrique Cardoso, Serra e os que vieram antes não esperavam que o Brasil crescesse, que chegasse um Presidente que o transformasse em oito anos. Isso aconteceu. Todos os aeroportos estão lotados. Basta pegar a quantidade de passageiros que TAM, Gol e Varig transportaram nos oito anos de Fernando Henrique e comparar com o volume que estão transportando agora. São cinco vezes mais brasileiros viajando de avião no governo Lula. Não viajavam no governo FHC porque as passagens eram só para os ricos.

Criticavam o Bolsa-Família, chamavam-no de bolsa-esmola. Falavam que não podiam aumentar o salário mínimo porque as Prefeituras quebrariam. Como o Serra agora vem dizer que elevará o salário mínimo para R\$600,00, que aumentará as aposentadorias em 10% a partir de 1º de janeiro? São promessas de derrotados, de pessoas desesperadas. O que o Presidente Lula fez foi com responsabilidade. Primeiro dividiu o bolo. O PSDB dizia que não podia dividir, pois era preciso esperar o bolo crescer, mas ele não crescia porque eles o comiam sozinhos. Hoje, o bolo está crescendo. Como foi dividido, as pessoas começaram a movimentar a economia, e houve o milagre da transformação. Isso ocorreu porque o Bolsa-Família, o Pronaf, o ProUni, o ProJovem, o Leite pela Vida, os programas sociais, as obras do PAC, a geração de 15 milhões de emprego com carteira assinada levantaram a autoestima do brasileiro e despertaram um dragão que estava adormecido.

É por isso que ninguém mais segura esse Brasil, Deputado Carlin Moura, e nos orgulhamos disso. O Lula é um vencedor. Conseguiu trazer a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Serão mais bilhões e bilhões para reformar os estádios, os aeroportos, para construção de novos hotéis, para melhorar a infraestrutura do Brasil. Esse é o desafio que a nossa companheira Dilma Rousseff terá daqui para frente para acabar de preparar o Brasil. A partir daí, tenham a certeza de que ninguém segurará este País. Passaremos, sim, a ser de Primeiro Mundo, respeitados. Um país só é respeitado quando respeita o seu próprio povo. Foi isso que o Lula fez, respeitou o povo brasileiro.

Vêm agora com o argumento de que a Dilma não tem experiência. O que adiantou a experiência do Fernando Henrique, de sociólogo, de doutor disso e daquilo? Foi Senador e ocupou outros cargos mais, mas o que ele fez quando chegou lá? Entregou o Brasil, vendeu as nossas empresas. O Lula também não tinha experiência nenhuma, nunca foi Prefeito ou Governador.

O primeiro cargo executivo que o Lula assumiu foi a Presidência da República, e ele foi o melhor Presidente da história do Brasil. Nisso até eles concordam. De nada adianta dizerem que o José Serra tem muita experiência por ter sido Prefeito, Governador, Senador e Ministro, se ele não terminou nenhum mandato. O negócio dele é disputar eleição. Ele não aguenta ver eleição e ficar de fora. Aliás, quando disputou a Prefeitura de São Paulo, ele assinou uma carta dizendo que iria cumprir o mandato, mas, com dois anos de mandato, rasgou a carta, registrada em cartório, para disputar o governo. E agora deixou o governo para disputar a Presidência, da mesma forma que fez quando estava no Senado. Ele não tem compromisso com quem vota nele. Se for essa a experiência, já estamos escaldados de certos homens experientes.

Se fôssemos seguir esse raciocínio da experiência, Deputado Duarte Bechir, como vocês votaram no Anastasia, que nunca havia disputado nada? A Ministra Dilma já mostrou sua competência. Ela foi Secretária de Governo e de Minas e Energia no Rio Grande do Sul. Fez bonito. Quando Lula assumiu o Brasil em 2003, o grande problema do País era o apagão de Fernando Henrique e Serra. Se chovia e relampejava, faltava energia no Brasil inteiro, com prejuízos para a indústria e para todo o mundo. Quem foi escalada para resolver o apagão foi a Dilma Rousseff, que não só acabou com o apagão como criou o maior programa de inclusão social deste país, o Luz para Todos. Fez tanto sucesso que, dois anos depois, foi convidada pelo Lula para assumir a Casa Civil, coordenar e gerenciar o governo que deu certo no Brasil. É dela, sim, grande parte do sucesso de tudo o que acontece no Brasil hoje. Ela soube gerenciar, pôr ordem na Casa e lançar programas importantes, como o PAC e o programa Minha Casa, Minha Vida, que vem mudando a vida dos brasileiros para melhor.

É por isso que temos o orgulho de comparar 7 anos e 10 meses de um governo de sucesso, contra 8 anos de um governo que entregou o Brasil aos especuladores internacionais, que vendeu as nossas empresas, que não valorizou o servidor e chamou o aposentado de vagabundo. Essa é a herança de Fernando Henrique. Basta lembrar como era tratado o servidor público no governo dele. Os Prefeitos eram recebidos em Brasília, na Marcha dos Prefeitos, com polícia, cachorros e cavalos. Mas hoje não. Em toda Marcha dos Prefeitos, Lula vai lá negociar. Aliás, ele aumentou o Fundo de Participação dos Municípios de 22% para 23%. Ele fez exatamente o contrário do que muitos pregam por aí. Muito obrigado, Deputado Carlin Moura.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/10/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Rosângela Reis

exonerando, a partir de 26/10/10, Alaor Ferreira Côrtes do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas;

exonerando, a partir de 26/10/10, David Camilo Mendes Padilha do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

exonerando, a partir de 26/10/10, Maria de Lourdes Santos Resende do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

exonerando, a partir de 26/10/10, Marise Amormino da Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;

nomeando Alaor Ferreira Côrtes para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Alisson dos Santos Lopes para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 4 horas;

nomeando Sávio Tarso Pereira da Silva para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 4 horas;

nomeando Viviane de Oliveira Alves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, e 5.179, de 23/12/97, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 26/10/10, Elize Maria Julio do cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas;

exonerando, a partir de 26/10/10, Jairo Nascimento Moreira do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª Vice-Presidência;

exonerando, a partir de 26/10/10, Mafalda Zaidan de Oliveira do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas;

exonerando, a partir de 26/10/10, Wagner Antunes do cargo de Secretário de Gabinete I, padrão VL-35, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas;

nomeando Antônia Raimunda Lopes para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª Vice-Presidência;

nomeando Mafalda Zaidan de Oliveira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas;

nomeando Maria Lúcia Soares de Mendonça para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança dos Democratas.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, tendo em vista o cumprimento das condições previstas nos incisos I a IV do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/03, das disposições contidas na Lei nº 15.014, de 15/1/04, na Lei complementar nº 64, de 25/3/02, e nos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e na Resolução nº 5.086, de 31/8/90, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos integrais, a partir de 13/10/10, a servidora Lindaura Soares Moura, CPF nº 659.400.836-68, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Via das Flores Ltda. Objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento de flores e ornamentação. Vigência: 12 meses, a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

ERRATA

Projeto de Lei nº 4.516/2010

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 29/4/2010, na pág. 105, col. 3, na ementa, onde se lê:

"representativas de dependentes", leia-se:

"representativas de despachantes".